

Fortbras Autopeças S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Fortbras Autopeças S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fortbras Autopeças S.A. e Controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fortbras Autopeças S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4



Balancos patrimoniais em
31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | | | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|------------------|------------------|------------------|------------------|---|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 | | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | | |
| Ativo | | | | | | Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 106.560 | 129.650 | 180.924 | 179.793 | Fornecedores | 11 | 269.846 | 138.937 | 358.732 | 274.007 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 224.213 | 143.060 | 325.776 | 270.812 | Impostos e contribuições a recolher | | 12.331 | 5.674 | 27.670 | 16.534 |
| Estoques | 7 | 466.724 | 255.309 | 713.788 | 589.806 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | | - | - | 11.079 | 11.777 |
| Impostos a recuperar | | 16.865 | 10.950 | 44.736 | 34.813 | Obrigações e encargos trabalhistas | 12 | 38.094 | 30.808 | 49.432 | 51.451 |
| Despesas antecipadas | | 1.129 | 1.848 | 1.141 | 1.876 | Partes relacionadas | 13 | 13.801 | 232 | - | - |
| Outros créditos | | 18.320 | 14.390 | 22.872 | 28.447 | Contas a pagar por aquisição de controladas | 14 | 35.930 | 59.151 | 51.823 | 59.487 |
| | | 833.811 | 555.207 | 1.289.237 | 1.105.547 | Arrendamento mercantil a pagar | 15 | 24.292 | 17.124 | 34.667 | 25.080 |
| | | | | | | Empréstimos e financiamentos | 16 | 145.764 | 84.038 | 173.472 | 84.038 |
| | | | | | | Dividendos a pagar | 19.d | - | 14.119 | - | 14.119 |
| | | | | | | Juros s/capital próprio a pagar | 19.d | - | 22.905 | - | 22.905 |
| | | | | | | Adiantamento de clientes | | 3.433 | 3.751 | 6.770 | 5.029 |
| | | | | | | Outros passivos | | 1.347 | 2.986 | 3.683 | 3.184 |
| | | | | | | | | 544.838 | 379.725 | 717.328 | 567.611 |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | Contas a pagar por aquisição de controladas | 14 | 146.175 | 168.101 | 170.200 | 163.066 |
| Outros créditos | | 3.995 | 4.996 | 5.467 | 5.173 | Empréstimos e financiamentos | 16 | 436.996 | 416.021 | 575.918 | 416.021 |
| Partes relacionadas | 13 | 20 | 31 | - | - | Provisão para riscos | 17 | 5.472 | 4.599 | 5.794 | 6.662 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 18 | 82.714 | 60.803 | 95.574 | 71.234 | Arrendamento mercantil a pagar | 15 | 39.413 | 25.089 | 59.368 | 50.147 |
| | | 86.729 | 65.830 | 101.041 | 76.407 | Outros passivos | | 501 | 690 | 507 | 690 |
| | | | | | | | | 628.557 | 614.500 | 811.787 | 636.586 |
| Investimentos | 8 | 456.741 | 727.870 | - | - | Total do passivo | | 1.173.395 | 994.225 | 1.529.115 | 1.204.197 |
| Imobilizado | 9 | 76.454 | 47.307 | 101.878 | 80.869 | Patrimônio líquido | 19 | | | | |
| Direito de uso de ativos intangível | 9 | 67.523 | 39.466 | 98.314 | 79.396 | Capital social | 19.a | 70.318 | 70.318 | 70.318 | 70.318 |
| | 10 | 189.290 | 104.861 | 475.798 | 408.294 | Reserva de capital | 19.b | 418.299 | 423.620 | 418.299 | 423.620 |
| | | 790.008 | 919.504 | 675.990 | 568.559 | Reserva de lucros | 19.c | 47.062 | 52.378 | 47.062 | 52.378 |
| | | | | | | Reserva de incentivos fiscais | | 1.474 | - | 1.474 | - |
| | | | | | | Lucro acumulado | | - | - | - | - |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 537.153 | 546.316 | 537.153 | 546.316 |
| Total do ativo | | 1.710.548 | 1.540.541 | 2.066.268 | 1.750.513 | Total do passivo e do patrimônio líquido | | 1.710.548 | 1.540.541 | 2.066.268 | 1.750.513 |

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras



Demonstrações dos resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Receita operacional líquida | 20 | 1.351.088 | 1.038.008 | 2.423.400 | 2.018.335 |
| Custo das mercadorias vendidas | 21 | (940.326) | (728.822) | (1.670.164) | (1.384.501) |
| Lucro bruto | | 410.762 | 309.186 | 753.236 | 633.834 |
| Receitas (despesas) operacionais líquidas | | | | | |
| Despesas de vendas | 21 | (77.324) | (56.590) | (151.310) | (118.967) |
| Administrativas e gerais | 21 | (261.576) | (188.563) | (381.772) | (292.171) |
| Despesas com depreciação e amortização | 21 | (25.030) | (23.289) | (38.533) | (36.784) |
| Amortização da mais valia | 21 | (30.266) | (37.481) | (32.614) | (37.481) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 21 | 27.851 | 33.227 | 9.679 | 14.754 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 21 | 73.285 | 92.116 | - | - |
| | | (293.060) | (180.580) | (594.550) | (470.649) |
| Lucro antes do resultado financeiro e tributos | | 117.702 | 128.606 | 158.686 | 163.185 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 23 | 21.369 | 11.343 | 34.999 | 16.272 |
| Despesas financeiras | 23 | (100.230) | (44.217) | (128.447) | (52.444) |
| Ajuste a valor presente - aquisição de controladas | 23 | (9.829) | (21.785) | (11.963) | (21.785) |
| | | (88.690) | (54.659) | (105.411) | (57.957) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 29.012 | 73.947 | 53.275 | 105.228 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 18 | (278) | - | (29.297) | (30.264) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 18 | 17.424 | 4.617 | 22.180 | 3.600 |
| | | 17.146 | 4.617 | (7.117) | (26.664) |
| Lucro do exercício | | 46.158 | 78.564 | 46.158 | 78.564 |
| Lucro por ação | | | | | |
| Lucro por ação - básico (em Reais) | 19.d | 0,56 | 0,92 | | |
| Lucro por ação - diluído (em Reais) | 19.d | 0,54 | 0,90 | | |

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras



Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Lucro do exercício | 46.158 | 78.564 | 46.158 | 78.564 |
| Total dos resultados abrangentes | 46.158 | 78.564 | 46.158 | 78.564 |

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

| | | Controladora e Consolidado | | | | | | | |
|---|-----------------------|-----------------------------------|----------------------|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|----------------|--|
| | | Reservas de Lucros | | | | | | | |
| Nota | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Retenção de lucros | Reserva de incentivos fiscais | Ações em tesouraria | Lucros/Prejuízos acumulados | Total | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 70.318 | 518.051 | 809 | 9.845 | - | (4.600) | - | 594.423 | |
| Plano de opções de ações | 19.f | 169 | - | - | - | - | - | 169 | |
| Resgate de ações a conta de reserva de capi | 19.b | (90.000) | - | - | - | - | - | (90.000) | |
| Cancelamento de ações em tesouraria | 19.e | (4.600) | - | - | - | 4.600 | - | - | |
| Juros sobre capital próprio | 19.d | - | - | - | - | - | (23.842) | (23.842) | |
| Dividendos a pagar | 19.d | - | - | - | - | - | (12.998) | (12.998) | |
| Destinação para Reservas | 19.c | - | 3.928 | 37.796 | - | - | (41.724) | - | |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | - | - | 78.564 | 78.564 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 70.318 | 423.620 | 4.737 | 47.641 | - | - | - | 546.316 | |
| Aumento de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Plano de opções de ações | 19.f | 273 | - | - | - | - | - | 273 | |
| Recuperação de opções de ações | 19.f | (5.594) | - | - | - | - | - | (5.594) | |
| Juros sobre capital próprio | 19.d | - | - | - | - | - | (11.000) | (11.000) | |
| Dividendos pagos | 19.d | - | - | (36.641) | - | - | (2.359) | (39.000) | |
| Reserva de incentivos fiscais | 20.b | - | - | (1.474) | 1.474 | - | - | - | |
| Destinação para Reservas | - | - | 2.308 | 30.491 | - | - | (32.799) | - | |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | - | - | 46.158 | 46.158 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 70.318 | 418.299 | 7.045 | 40.017 | 1.474 | - | - | 537.153 | |

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras



Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | | |
| Lucro do exercício | DRE | 46.158 | 78.564 | 46.158 | 78.564 |
| Ajustes para reconciliar o lucro do exercício | | | | | |
| com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais: | | | | | |
| Depreciação e amortização | 21 | 55.296 | 60.770 | 71.147 | 74.265 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 8 | (73.285) | (92.116) | - | - |
| Provisão para estoques obsoletos | 7 | 1.848 | (308) | (3.881) | (15.997) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 6 | 2.618 | 1.557 | 3.076 | 3.368 |
| Provisão de PLR | | (5.922) | 1.194 | (10.442) | 7.001 |
| Provisão para risco | 17 | 1.276 | (10.522) | 1.035 | (10.554) |
| Despesa com opções de ações | 19.f | 273 | 169 | 273 | 169 |
| Baixa de ativo imobilizado e intangível | | 2.555 | 1.258 | 3.875 | 2.798 |
| Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferidos | 18 | (17.424) | (4.617) | (22.180) | (3.600) |
| Ajuste a valor presente e juros - aquisição de controladas | 14 | 9.717 | 21.773 | 11.851 | 21.773 |
| Despesas financeiras sobre empréstimos, arrendamentos e contas a pagar por aquisição de controladas | | 81.618 | 33.023 | 91.544 | 34.814 |
| Variação nos ativos e passivos operacionais: | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (20.733) | (8.059) | (43.078) | (32.890) |
| Estoques | | (56.359) | (34.389) | (94.283) | (138.083) |
| Impostos a recuperar | | 6.465 | (910) | (9.777) | (16.490) |
| Outros ativos e passivos | | 5.317 | (10.709) | 12.329 | (16.137) |
| Depósitos judiciais | | - | (1.318) | - | (1.318) |
| Fornecedores | | 74.053 | 2.475 | 79.771 | 53.902 |
| Impostos e contribuições a recolher | | (13.058) | 2.822 | 40.155 | 44.404 |
| Recebimento de dividendos de controladas | 8 | 55.000 | - | - | - |
| Partes relacionadas | 13 | 32 | 4 | - | - |
| Salários a pagar, provisos trabalhistas e encargos sociais e provisão de risco | | (3.242) | (7.771) | 2.377 | (6.302) |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | 152.203 | 32.890 | 179.950 | 79.687 |
| Imposto de renda e contribuição sociais pagos | | (402) | (3.137) | (32.062) | (35.160) |
| Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos | | (52.843) | (23.963) | (51.184) | (23.962) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 98.958 | 5.790 | 96.704 | 20.565 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | | | |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | | (20.970) | (21.273) | (28.671) | (42.192) |
| Aquisição de ativo intangível | | (14.917) | (14.047) | (20.748) | (14.220) |
| Aquisição de controlada, líquido de caixa adquirido | | - | - | (77.323) | - |
| Caixa recebido através de incorporação de controladas | | 42.760 | - | - | - |
| Amortizações - contas a pagar aquisição de controlada | 14 | (63.592) | (118.865) | (63.592) | (118.865) |
| Aumento de capital em controladas | | (13.224) | (14.050) | - | - |
| Caixa aplicado nas atividades de investimento | | (69.943) | (168.234) | (190.334) | (175.277) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | | |
| Aumento de capital social | | - | - | - | - |
| Resgate de ações | | - | (90.000) | - | (90.000) |
| Recuperação de opções de ações | 19.f | (5.594) | - | (5.594) | - |
| Captação de debêntures, líquida de custos de estruturação | | - | 152.617 | 159.235 | 152.617 |
| Captação de empréstimos | | 148.099 | 155.669 | 150.102 | 155.669 |
| Pagamentos de empréstimos e debêntures | | (85.693) | - | (88.113) | - |
| Pagamentos - operações de arrendamento mercantil | 15 | (21.893) | (12.104) | (33.845) | (21.116) |
| Dividendos pagos | | (53.119) | (2.724) | (53.119) | (2.724) |
| Pagamento de ações resgatáveis | | - | (15.551) | - | (15.551) |
| Juros sobre capital próprio pagos | | (33.905) | - | (33.905) | - |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | | (52.105) | 187.907 | 94.761 | 178.895 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | (23.090) | 25.462 | 1.131 | 24.183 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 129.650 | 104.188 | 179.793 | 155.610 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 106.560 | 129.650 | 180.924 | 179.793 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | (23.090) | 25.462 | 1.131 | 24.183 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de valor adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Receita | | | | |
| Venda de mercadoria, produtos e serviços | 1.433.178 | 1.092.165 | 2.573.897 | 2.139.108 |
| Outras receitas operacionais | 22.907 | 25.052 | 31.544 | 40.494 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões | (2.618) | (1.447) | (3.860) | (4.569) |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | (975.831) | (755.835) | (1.727.764) | (1.446.199) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (64.366) | (44.333) | (153.582) | (126.633) |
| Perda/Recuperação de valores ativos | - | - | - | - |
| Valor adicionado bruto | 413.270 | 315.602 | 720.235 | 602.201 |
| Depreciação e amortização | (55.296) | (60.770) | (71.147) | (74.265) |
| Valor adicionado líquido produzido pela Companhia | 357.974 | 254.832 | 649.088 | 527.936 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 73.285 | 92.116 | - | - |
| Receitas financeiras | 21.369 | 11.343 | 34.999 | 16.271 |
| Valor adicionado total a distribuir | 452.628 | 358.291 | 684.087 | 544.207 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Pessoal e Encargos: | | | | |
| Remuneração direta | 155.228 | 113.772 | 227.307 | 186.048 |
| Benefícios | 23.040 | 26.641 | 36.308 | 38.438 |
| FGTS | 11.222 | 8.131 | 17.291 | 13.905 |
| | 189.490 | 148.544 | 280.906 | 238.391 |
| Impostos, taxas e contribuições: | | | | |
| Federais | 61.259 | 45.410 | 126.903 | 101.007 |
| Estaduais | 23.907 | 10.378 | 55.583 | 37.577 |
| Municipais | 1.471 | 1.091 | 2.347 | 1.993 |
| | 86.638 | 56.879 | 184.833 | 140.577 |
| Remuneração de capital de terceiros: | | | | |
| Juros | 95.063 | 37.006 | 121.276 | 38.627 |
| Aluguéis | 21.893 | 12.104 | 33.845 | 21.116 |
| Ajuste a valor presente | 13.386 | 25.194 | 17.069 | 26.932 |
| | 130.342 | 74.304 | 172.190 | 86.675 |
| Remuneração de capitais próprios: | | | | |
| Lucros retidos | 46.158 | 78.564 | 46.158 | 78.564 |
| | 46.158 | 78.564 | 46.158 | 78.564 |
| Valor adicionado distribuído | 452.628 | 358.291 | 684.087 | 544.207 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fortbras Autopeças S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Manuel Bandeira, 291 - Bloco D - 1º Piso - Vila Leopoldina, São Paulo - SP.

A Companhia tem como objeto social o comércio, em atacado ou varejo, importação e exportação de peças e acessórios para veículos automotores. O seu acionista controlador é o Stuttgart Investimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, localizado no Brasil, o qual, por sua vez é administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda, também localizada no Brasil.

A Companhia tem expandido suas operações por meio de aquisições realizadas nos últimos anos, e vem racionalizando sua estrutura societária com a incorporação de diversas controladas. Conforme descrito na nota explicativa nº 8:

- Em 2022, a Companhia adquiriu através da subsidiária Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda o controle integral por meio de aquisição de 100% do Capital Social da sociedade: Batista e Naves Ltda., que teve sua denominação social alterada para Jaicar Autopeças Ltda, e realizou a incorporação das sociedades Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre, Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. – Rondônia e Auto Peças Rondobras Ltda. – Mato Grosso.

A análise da evolução da posição financeira e resultados das operações deve levar em conta essas operações.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis da Companhia são demonstradas a seguir. Destaque-se que a Companhia divulga voluntariamente as informações demonstradas abaixo, incluindo os respectivos valores comparativos:

- Demonstração do valor adicionado (vide nota explicativa nº 2.16).
- Segmentos operacionais (vide notas explicativas nº 2.17 e nº 22).

2.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, é o real - R\$.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, adota-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

2.3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Fortbras Autopeças S.A. (“Controladora”) e de suas controladas conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

2.4. Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – “Combinação de Negócios”. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo na data de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por, se aplicável:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 e IAS 19, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 – Impostos sobre a Renda e CPC 33 (R1) – Benefícios aos empregados).
- Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamentos Baseados em Ações - na data de aquisição (vide a seguir).
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 (CPC 31 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima) ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

As transações de aquisições de negócios são demonstradas na nota explicativa nº 8.

2.5. Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito acima.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada unidade geradora de caixa (“UGC”) que irá se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa aos quais o ágio foi alocado são submetidas no mínimo anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável de determinada UGC identificada no contexto das combinações de negócios for menor que o seu valor contábil (“carrying amount”), a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa e, posteriormente, aos outros ativos da do Grupo, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Se aplicável, eventuais perdas por redução ao valor recuperável do ágio serão reconhecidas no resultado do exercício.

A estrutura de reporte do “goodwill” da Companhia utiliza a alocação do “goodwill” tomando por base as as UGCs – Unidades Geradoras de Caixa “varejo”, “atacado” e “e-commerce” conforme detalhado na nota explicativa nº 8 Investimentos em controladas.

2.6. Reconhecimento de receita

Venda de mercadorias

A Companhia comercializa peças e acessórios para veículos automotores, no atacado e varejo, por meio de seus próprios pontos de venda, via telefone, aplicativos de vendas e *e-commerce*. A receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda, ou quando a mercadoria é enviada ao cliente. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias e os riscos e benefícios são transferidos.

As garantias dadas aos consumidores correspondem àquelas determinadas pela legislação aplicável no Brasil, sendo que em caso de devolução por defeitos de fabricação, a Companhia possui o direito de obter a substituição e garantia pelos seus fornecedores.

Serviços de instalação

A Companhia fornece serviços de instalação de diversos produtos por ela comercializados. O pagamento pelos serviços de instalação é devido pelo cliente quando os serviços de instalação são concluídos. A receita é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço prestado, que geralmente ocorre no mesmo dia de sua contratação.

2.7. Arrendamento

A Administração da Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados à taxa de juros aplicável, na data, a financiamentos incrementais da Companhia. Esta taxa representa o custo de financiamentos de bens com características semelhantes e prazos semelhantes àqueles relacionadas às operações de arrendamento mercantil. De acordo com contratos de arrendamento, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários, entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber, e pagamentos variáveis que dependem de um índice ou uma taxa.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do ciclo de negócios e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice de reajuste, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial, sendo depreciados durante o período de arrendamento, e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 9.

O Grupo aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

2.8. Tributos sobre o lucro

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base na alíquota combinada de 25% para IRPJ (“Imposto de Renda Pessoas Jurídicas”), incluindo adicional de 10% sobre base tributável superior a R\$240 mil no ano); e 9% para CSLL (“Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”) conforme a legislação tributária vigente no Brasil.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis, conforme citado acima. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados (apresentados pelo valor líquido) quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição ou ao seu valor recuperável, se aplicável. A depreciação é reconhecida de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 9.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

2.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de amortização são demonstradas na nota explicativa nº 10.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável.

2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos necessários para efetuar a comercialização, venda e distribuição dos estoques. Os custos são compostos pelos custos de aquisição da mercadoria a ser revendida, impostos não recuperáveis, crédito de impostos sobre compras, bem como custos gerais incorridos, tais como fretes para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio e alocados ao resultado.

2.12. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.12.1. Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado.

2.12.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Contas a receber de clientes representa o principal ativo financeiro da Companhia, para as quais a Companhia reconhece perdas de crédito de liquidação duvidosa (PCLD) sobre os valores em aberto, por meio de matriz de probabilidade de inadimplência com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustada por fatores conjunturais eventualmente capturados pela Administração da Companhia no decorrer de cada exercício social. No julgamento da Administração, o risco de crédito do grupo de contas a receber de clientes é baixo, uma vez que:

- (1) Historicamente este instrumento financeiro apresenta risco baixo de inadimplência, sendo que os valores não recuperáveis até 360 dias representam 0,33 % (0,28% em 2021) do total de contas a receber em 31 de dezembro de 2022. A Companhia entende que não há risco de crédito no e-commerce haja vista toda a venda ser feita no cartão de crédito / débito ou com pagamento antecipado. Vide nota explicativa nº 6.
- (2) A Administração da Companhia implementou atividades de controles internos que asseguram análise e aprovação de crédito para vendas a prazo. Os devedores apresentam, em geral, capacidade suficiente de cumprir suas obrigações no curto prazo.
- (3) A carteira de clientes apresenta prazo médio de recebimento de 51 dias, , portanto, a Administração da Companhia acredita que mudanças adversas nas condições econômicas e de negócios no longo prazo não impactam no perfil do grupo de contas a receber.

Além do reconhecimento das perdas de crédito de liquidação duvidosa citadas acima, a Administração da Companhia reconhece provisão de perda de 100% do saldo de contas a receber relacionadas a clientes com saldos em aberto há mais de 360 dias e para devedores que tenham eventualmente decretado falência ou recuperação judicial no decorrer de determinado exercício social.

2.12.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. São exceções, entre outros, os passivos com valor de liquidação flutuante, derivativos e a contraprestação contingente em uma aquisição de negócios, que devem ser mensurados ao valor justo, com as alterações reconhecidas no resultado.

2.13. Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.15. Plano de Opção de Compra de Ações – “Stock Options”

Os planos de “stock options” são mensurados pelo valor justo nas respectivas datas de outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam nos indicadores de mercado.

Os detalhes a respeito da determinação do valor justo das “stock options” e os efeitos subsequentes nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19f.

2.16. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como informação suplementar às suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

Em sua primeira parte a DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de produtos para revenda, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.17. Informações por Segmento

Em conformidade com o CPC 22(IFRS 8), a gestão da Companhia analisa seus resultados operacionais levando em conta a complexidade trazida pelo porte e diversidade de seus negócios, exigindo estratégias diferenciadas de alcance do mercado potencial que se deseja atingir. O processo de tomada de decisão é orientado com foco na gestão desses segmentos, assim como à alocação de investimentos e recursos. Nossas marcas e bandeiras são conhecidas, nossa amplitude geográfica é extensa e nossa linha de produtos é diversificada, sempre requerendo atenção gerencial, mas não são fatores que aconselhem foco estratégico diferenciado.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão generalizada do comércio eletrônico determinam nosso foco em estratégias diferenciadas em 3 segmentos de negócios: varejo, atacado e “e-commerce”. A Administração, na figura do Comitê de Gestão Executiva (o principal gestor das operações da entidade), monitora separadamente os resultados operacionais de cada segmento operacional para tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

As informações por segmentos são demonstradas na nota explicativa nº 22.

2.18. Ajuste a valor presente (“AVP”)

No reconhecimento inicial e mensuração de determinados passivos a Companhia aplica o conceito de AVP conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – “Ajuste a Valor Presente”. A principal rubrica impactada por esse conceito refere-se às contas a pagar por aquisição de controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº14.

2.19. Subvenções governamentais

As subvenções para investimento vigentes nas controladas Atacado União Ltda e Hipervarejo Ltda são decorrentes da redução da base de cálculo do ICMS das vendas dentro do Estado do Espírito Santo e redução do ICMS gerado nas vendas interestaduais. Tais subvenções são apuradas mensalmente e registradas a crédito da rubrica dedução de impostos sobre vendas (ICMS), refletidas, portanto, na rubrica de receita de vendas líquidas.

2.20. Reapresentação de determinadas informações financeiras

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia identificou que determinadas despesas operacionais anteriormente classificadas como despesas administrativas e de vendas, deveriam estar classificadas como despesas financeiras e que parte do valor recebido pela Companhia de seus fornecedores a título de bonificações estavam classificadas como Outras Receitas, e deveriam estar classificadas como CMV – Custo das Mercadorias Vendidas. Conseqüentemente a Companhia retificou as informações referentes ao exercício social anterior, conforme segue:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--------------------------------|--------------------|----------------|--------------------------------------|--------------------|----------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2021</u> | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2021</u> (Reapresentado) | <u>31/12/2021</u> | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2021</u> (Reapresentado) |
| <u>Resultado do exercício</u> | | | | | | |
| Custo das mercadorias vendidas | (730.627) | 1.805 | (728.822) | (1.388.027) | 3.526 | (1.384.501) |
| Despesas de vendas | (59.056) | 2.466 | (56.590) | (125.520) | 6.553 | (118.967) |
| Administrativas e gerais | (188.632) | 69 | (188.563) | (292.502) | 331 | (292.171) |
| Receitas financeiras | 13.148 | (1.805) | 11.343 | 19.797 | (3.525) | 16.272 |
| Despesas financeiras | (41.682) | (2.535) | (44.217) | (45.559) | (6.885) | (52.444) |
| | <u>(1.006.849)</u> | <u>-</u> | <u>(1.006.849)</u> | <u>(1.831.811)</u> | <u>-</u> | <u>(1.831.811)</u> |

3. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS

As novas IFRS/CPCs a partir de 01 de janeiro de 2022 foram :

- Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual
- Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido
- Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020
- IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros
- IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos
- IAS 41/CPC 29 – Agricultura

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021) Contratos de Seguros
- Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
- Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2 Divulgação de Políticas Contábeis
- Alterações à IAS 8/CPC 23 Definição de Estimativas Contábeis
- Alterações à IAS 12/CPC 32 Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia em períodos futuros.

4. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais fontes de incerteza nas estimativas

A administração da Companhia durante o processo de aplicação das políticas contábeis do grupo, estabelece estimativas que afetam as demonstrações financeiras reportadas.

Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (ágio), teste de recuperabilidade de ativos não financeiros, valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios, provisão de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") e provisão para riscos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Caixa | 1.694 | 727 | 2.732 | 1.637 |
| Bancos contas corrente | 1.969 | 707 | 1.650 | 7.434 |
| Aplicações financeiras | 102.897 | 128.216 | 176.542 | 170.722 |
| | 106.560 | 129.650 | 180.924 | 179.793 |

As aplicações financeiras são estruturadas em títulos de Renda Fixa, com remuneração entre 99 e 103,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) no exercício de 2021 e 2022. Saldos finais em contas correntes são aplicados em contratos bancários automáticos em CDB (Certificados de Depósitos Bancários) com conversibilidade imediata de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

(A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.b).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Cientes | 251.661 | 167.473 | 357.299 | 297.281 |
| Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD | (27.448) | (24.413) | (31.523) | (26.469) |
| | 224.213 | 143.060 | 325.776 | 270.812 |

A maioria dos clientes são consumidores finais, frotas de empresas de transporte, instaladores e oficinas mecânicas. O prazo médio de recebimento de clientes é em torno de 50 dias e 51 dias em 2022 e 2021, respectivamente.

As contas a receber apresentam a seguinte composição por idade de vencimento:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| A vencer | 207.302 | 137.034 | 297.738 | 252.379 |
| Vencidos: | - | - | - | - |
| De 1 a 30 dias | 10.937 | 4.438 | 18.741 | 9.499 |
| De 31 a 60 dias | 2.434 | 419 | 3.562 | 1.603 |
| De 61 a 90 dias | 1.178 | 270 | 1.811 | 952 |
| Acima de 90 dias | 29.810 | 25.312 | 35.447 | 32.848 |
| | 251.661 | 167.473 | 357.299 | 297.281 |

Como regra geral, as perdas em recebíveis de clientes refletem, ao longo do tempo, as políticas de crédito e cobrança da Companhia, assim como ações específicas de gestão de inadimplência, inclusive renegociações de prazos e condições. Essa correlação permite e justifica a adoção de uma base estatística de perdas reais do passado recente para estimar as perdas esperadas na base atual de contas a receber por meio de matriz de provisão baseada na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) buscando estabelecer a melhor estimativa contábil da perda de crédito esperada ao longo do tempo. As referidas práticas estão mencionadas a seguir:

- As bases estatísticas da estimativa de perdas são resultado da evolução, durante 13 meses, das cobranças mensais sucessivas das contas a receber de clientes, segregada por “Fases”, sendo que cada “Fase” mensal equivale ao total das contas a receber naquele mês, com vencimento no mês seguinte. A base é construída a partir da análise mensal consecutiva de idade das contas a receber (“aging list”).
- Essa sistemática é aplicada durante 13 meses consecutivos, quando se pode presumir que cobranças subsequentes serão de montante desprezível. Ao final desse período, a perda de crédito em cada fase será o resultado da multiplicação dos 13 percentuais de rolagem.
- O cálculo do saldo a provisionar é a multiplicação do coeficiente de perda (média móvel últimos 6 meses) sobre a carteira de recebíveis em aberto até 360 dias.

A Companhia concluiu com base nesta análise interna, que o modelo atualmente utilizado reflete adequadamente as perdas esperadas, capaz de capturar os riscos de inadimplência incorridos. Os valores não recuperáveis estimados na provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de até 360 dias representam: 0,33% no Varejo e 0,35% no Atacado (0,29% e 0,22% respectivamente em 2021). No e-commerce não há expectativas de perdas relevantes visto que grande parte das compras são feitas por meio de cartões de crédito.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Saldo no início do período | (24.413) | (30.861) | (26.469) | (38.144) |
| (Adição)/Reversão de provisão | (2.384) | (1.557) | (3.075) | (3.368) |
| Adição de provisão - controladas incorporadas (Nota nº 8) | (651) | - | - | - |
| Adição de provisão - Aquisição de controlada (nota explicativa nº 8) | - | - | (1.193) | - |
| (Reversão)/Baixa por perda efetiva | - | 8.005 | (786) | 15.043 |
| Saldo no final do período | (27.448) | (24.413) | (31.523) | (26.469) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Saldo no início do período | (24.413) | (30.861) | (26.469) | (38.144) |
| (Adição)/Reversão de provisão | (2.618) | (1.557) | (3.076) | (3.368) |
| Adição de provisão - controladas incorporadas (Nota nº 8) | (417) | - | - | - |
| Adição de provisão - Aquisição de controlada (nota explicativa nº 8) | - | - | (1.193) | - |
| (Reversão)/Baixa por perda efetiva | - | 8.005 | (785) | 15.043 |
| Saldo no final do período | (27.448) | (24.413) | (31.523) | (26.469) |

7. ESTOQUES

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Mercadorias para revenda | 471.894 | 256.890 | 723.645 | 599.830 |
| Provisão para obsolescência | (5.170) | (1.581) | (9.857) | (10.024) |
| | 466.724 | 255.309 | 713.788 | 589.806 |

A provisão para perda com estoques obsoletos foi constituída para itens sem movimentação há mais de 24 meses, refletindo o histórico de negócios da Companhia. A movimentação da provisão para perda de estoques obsoletos é como segue:

Provisão para obsolescência

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Saldo no início do período | (1.581) | (1.889) | (10.024) | (26.021) |
| Adição/Reversão de provisão | 1.848 | 308 | 3.881 | 15.997 |
| Adição de provisão - controladas adquiridas (Nota nº 8) | - | - | (3.714) | - |
| Adição de provisão - controladas incorporação (Nota nº 8) | (5.437) | - | - | - |
| Saldo no final do período | (5.170) | (1.581) | (9.857) | (10.024) |

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Os valores relacionados aos investimentos em controladas são conforme segue:

| | Controladora | |
|--------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Patrimônio Líquido | 251.084 | 424.755 |
| Mais-Valia | 50.675 | 105.611 |
| Ágio União | 137.492 | 137.492 |
| Ágio Rondobras | 17.490 | 60.012 |
| | 456.741 | 727.870 |

O quadro abaixo apresenta um sumário das participações societárias nas empresas controladas pela Companhia (“Controladora”):

| | Participação | | Investimento em controladas | |
|--|--------------|------------|-----------------------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Ambra Logística Ltda. | 100,00% | 100,00% | 4.946 | 4.834 |
| Atacado União Ltda. | 100,00% | 100,00% | 163.384 | 122.830 |
| Hipervarejo Ltda. | 100,00% | 100,00% | 10.365 | 9.807 |
| União Peças Itaperuna Ltda. | 100,00% | 100,00% | 2.366 | 2.558 |
| Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia. | 100,00% | 100,00% | - | 121.561 |
| Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas. | 100,00% | 100,00% | 41.433 | 76.981 |
| Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre. | 100,00% | 100,00% | - | 32.023 |
| Auto Peças Rondobras Ltda - Roraima. | 100,00% | 100,00% | 28.590 | 22.791 |
| Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso. | 100,00% | 100,00% | - | 31.370 |
| | | | 251.084 | 424.755 |

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022 (controladas)

| | <u>Ativo Circulante</u> | <u>Ativo Não Circulante</u> | <u>Passivo Circulante</u> | <u>Passivo Não Circulante</u> | <u>Patrimônio Líquido</u> | <u>Receitas</u> | <u>Lucro Líquido</u> |
|---|-------------------------|-----------------------------|---------------------------|-------------------------------|---------------------------|------------------|----------------------|
| Ambra Logística Ltda | 489 | 4.953 | 410 | 86 | 4.946 | 690 | 112 |
| Atacado União Ltda | 270.561 | 35.412 | 136.182 | 6.407 | 163.384 | 610.631 | 26.756 |
| Hipervarejo Ltda | 25.463 | 1.729 | 16.010 | 817 | 10.365 | 175.501 | 557 |
| União Peças Itaperuna Ltda | 2.632 | 365 | 475 | 156 | 2.366 | 3.642 | 59 |
| Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia | - | - | - | - | - | 187.919 | 17.989 |
| Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas | 215.906 | 111.482 | 105.018 | 180.937 | 41.433 | 287.220 | 18.453 |
| Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre | - | - | - | - | - | 21.759 | 2.155 |
| Auto Peças Rondobras Ltda - Roraima | 36.639 | 2.750 | 10.003 | 796 | 28.590 | 45.882 | 5.799 |
| Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso | - | - | - | - | - | 44.022 | 1.405 |
| Total | 551.690 | 156.691 | 268.098 | 189.199 | 251.084 | 1.377.266 | 73.285 |

Em 31 de dezembro de 2021 (controladas)

| | <u>Ativo</u> <u>Circulante</u> | <u>Ativo Não</u> <u>Circulante</u> | <u>Passivo</u> <u>Circulante</u> | <u>Passivo Não</u> <u>Circulante</u> | <u>Patrimônio</u> <u>Líquido</u> | <u>Receitas</u> | <u>Lucro</u> <u>Líquido</u> |
|---|-----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---|-------------------------------------|------------------|--------------------------------|
| Ambra Logística Ltda | 538 | 5.312 | 588 | 428 | 4.834 | - | (121) |
| Atacado União Ltda | 208.330 | 24.089 | 101.007 | 8.582 | 122.830 | 510.622 | 24.432 |
| Hipervarejo Ltda | 22.940 | 781 | 13.717 | 197 | 9.807 | 140.459 | 4.687 |
| União Peças Itaperuna Ltda | 2.630 | 802 | 466 | 408 | 2.558 | 3.669 | (21) |
| Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia | 147.482 | 20.095 | 44.303 | 1.713 | 121.561 | 284.895 | 24.966 |
| Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas | 103.094 | 10.777 | 29.909 | 6.981 | 76.981 | 160.281 | 22.360 |
| Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre | 38.230 | 4.911 | 11.162 | (44) | 32.023 | 60.338 | 7.496 |
| Auto Peças Rondobras Ltda - Roraima | 27.587 | 2.565 | 5.973 | 1.388 | 22.791 | 38.065 | 6.081 |
| Auto Peças Rondobras Ltda - Mato Grosso | 35.816 | 9.270 | 10.412 | 3.304 | 31.370 | 29.059 | 2.236 |
| Total | 586.647 | 78.602 | 217.537 | 22.957 | 424.755 | 1.227.388 | 92.116 |

A movimentação dos investimentos em controladas como segue:

| | |
|---|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 703.365 |
| Distribuição de Dividendos- sem efeito caixa (1) | (57.801) |
| Aumentos de capital em controladas | 14.050 |
| Amortização de mais-valias | (23.860) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 92.116 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 727.870 |
| Distribuição de dividendos-sem efeito caixa | 13.548 |
| Recebimento de dividendos da controlada Rondobras Amazonas | (55.000) |
| Aumento de Capital em controlada | 13.224 |
| Amortização sobre mais valia | (20.502) |
| Equivalência patrimonial | 73.285 |
| Incorporações de controladas | (218.726) |
| Reclassificação para o ativo intangível - incorporação | (76.958) |
| Investimento (2) | 140.000 |
| Taxa de desconto - AVP (2) | (11.120) |
| Amortização sobre mais valia - em adquirida de controlada (2) | (2.348) |
| Equivalência patrimonial - em adquirida de controlada (2) | 11.296 |
| Controlada indireta eliminada na Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Aquisição em controlada (2) | (137.828) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 456.741 |

- (1) Houve a liquidação em 2021, por meio da compensação com mútuos que as controladas tinham a receber da Companhia, no valor de R\$57.801, como mencionado na nota explicativa 13 (transação sem efeito em caixa).

- (2) Aquisição da sociedade Batista e Naves Ltda (Jaicar), pela controlada Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda..

Aquisições de controladas

Prosseguindo em sua estratégia de expansão das operações, a Companhia realizou aquisições de novos negócios de varejo de autopeças em 2022. Ao mesmo tempo, buscando racionalizar sua estrutura societária, procedeu à incorporação de diversas controladas, diminuindo a complexidade administrativa e custos associados. Essas operações estão descritas a seguir. Os valores a pagar por aquisição de controladas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são demonstrados na nota explicativa nº 14.

Aquisição em 2022

Em 25 de abril de 2022, a Companhia adquiriu o controle integral da sociedade Batista e Naves Ltda ("Jaicar") por meio da aquisição de 100% de seu capital social pela subsidiária Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda. A Sociedade adquirida contava na data de aquisição com 11 lojas distribuídas nos Estados de Goiás (Goiânia, Aparecida de Goiânia, Inhumas, Anápolis, Senador Canedo) e Tocantins (Palmas). O saldo da obrigação com ex-controladores em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 46.800.

Os principais ativos e passivos identificados na alocação preliminar de valor justo na combinação de negócios foram:

| | Batista e Naves Ltda - Jaicar | | |
|---|--------------------------------------|------------------------------|---|
| | Custo histórico | Ajustes a valor justo | Ativos/ e passivos a valor justo |
| Ativos circulante: | | | |
| Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos | 82 | - | 82 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.677 | - | 7.677 |
| Contas a receber de clientes | 14.962 | - | 14.962 |
| Impostos a recuperar | 211 | - | 211 |
| Estoques | 25.818 | - | 25.818 |
| Ativos não circulantes: | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 2.095 | - | 2.095 |
| Direito de uso | 10.744 | - | 10.744 |
| Imobilizado | 4.074 | - | 4.074 |
| Intangível | 0 | 22.530 | 22.530 |
| Outros créditos | 118 | - | 118 |
| Passivo circulante: | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | (4.954) | - | (4.954) |
| Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais | (4.042) | - | (4.042) |
| Adiantamento de clientes | (473) | - | (473) |
| Arrendamento mercantil (IFRS 16) | (783) | - | (783) |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | (485) | - | (485) |
| Impostos e contribuições a recolher | (1.860) | - | (1.860) |
| Passivo não circulante | | | |
| Arrendamento mercantil (IFRS 16) | (9.961) | - | (9.961) |
| Contas a pagar - aquisição de controlada | 3.295 | - | 3.295 |
| Provisão para riscos | (101) | - | (101) |
| Ativos líquido adquiridos | 46.417 | 22.530 | 68.947 |
| Contra prestação | | | 128.880 |
| Ágio ("goodwill") | | | 59.933 |

Incorporações de controladas diretas e indiretas*Incorporações efetuadas em 2022 - A valores contábeis*

A Companhia incorporou em 01 maio de 2022 a sua controlada Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre. O acervo líquido foi incorporado à valor de livros, segundo laudos preparados por especialistas, totalizando R\$ 34.178, sumariado no quadro a seguir:

| | R\$ mil |
|---|----------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.089 |
| Contas a receber de clientes | 6.551 |
| Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa | (25) |
| Estoques | 24.683 |
| Provisão para perda com estoques obsoletos | (1.821) |
| Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos | 504 |
| Impostos a recuperar | 691 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 736 |
| Imobilizado | 2.081 |
| Direito de uso de imóveis | 2.785 |
| Intangível | 33 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | (5.968) |
| Impostos e contribuições a recolher | (355) |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | (1.189) |
| Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais | (1.692) |
| Outros passivos | (60) |
| Adiantamento de clientes | 30 |
| Provisão para riscos | (17) |
| Arrendamento mercantil | (878) |
| Acervo líquido incorporado | <u>34.178</u> |

A Companhia incorporou em 01 agosto de 2022 a sua controlada Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia. O acervo líquido incorporado, segundo laudos preparados por especialistas, totalizou R\$ 139.549, sumariado no quadro a seguir:

| | R\$ mil |
|---|-----------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 34.433 |
| Contas a receber de clientes | 45.838 |
| Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa | (313) |
| Estoques | 96.013 |
| Provisão para perda com estoques obsoletos | (2.806) |
| Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos | 1.660 |
| Impostos a recuperar | 10.259 |
| Outros créditos | 256 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.089 |
| Imobilizado | 6.931 |
| Direito de uso de imóveis | 8.388 |
| Intangível | 4.519 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | (37.529) |
| Impostos e contribuições a recolher | (3.748) |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | (13.515) |
| Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais | (11.936) |
| Outros passivos | 3.103 |
| Adiantamento de clientes | 76 |
| Provisão para riscos | (140) |
| Arrendamento mercantil | (5.029) |
| Acervo líquido incorporado | <u>139.549</u> |

A Companhia incorporou em 01 outubro de 2022 a sua controlada Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso. O acervo líquido incorporado, segundo laudos preparados por especialistas, totalizou R\$ 44.999, sumariado no quadro a seguir:

| | R\$ mil |
|---|----------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 238 |
| Contas a receber de clientes | 11.066 |
| Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa | (79) |
| Estoques | 41.645 |
| Provisão para perda com estoques obsoletos | (810) |
| Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos | 503 |
| Impostos a recuperar | 1.494 |
| Despesas antecipadas | - |
| Outros créditos | 12 |
| Partes relacionadas | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 598 |
| Imobilizado | 6.718 |
| Direito de uso de imóveis | 3.797 |
| Intangível | 178 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | (13.359) |
| Impostos e contribuições a recolher | (199) |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | (1.111) |
| Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais | (2.262) |
| Partes relacionadas | - |
| Outros passivos | 167 |
| Adiantamento de clientes | 6 |
| Provisão para riscos | - |
| Arrendamento mercantil | (3.603) |
| Acervo líquido incorporado | <u>44.999</u> |

9. IMOBILIZADO E DIREITO DE USO

| | Controladora | | | | | |
|--------------------------------------|------------------------|----------------|-----------------------|----------------|------------------------|---------------|
| | Taxa anual depreciação | 31/12/2022 | | | Taxa anual depreciação | 31/12/2021 |
| | % | Custo | Depreciação Acumulada | Valor líquido | % | Valor líquido |
| Móveis e utensílios | 8,6% | 15.853 | (6.484) | 9.369 | 10% | 3.996 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 8.111 | (5.295) | 2.816 | 10% | 2.386 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10-20% | 34.339 | (5.254) | 29.085 | 10-20% | 19.661 |
| Instalações | 8,8% | 19.184 | (6.738) | 12.446 | 10% | 9.895 |
| Veículos | 20% | 13.096 | (11.719) | 1.377 | 20% | 286 |
| Equipamentos de informática | 19,2% | 28.210 | (15.121) | 13.089 | 25% | 7.662 |
| Direito de uso de imóveis | 20% | 85.324 | (17.802) | 67.522 | 20% | 39.466 |
| Obras em andamento | N/A | 8.273 | - | 8.273 | N/A | 3.421 |
| Total | | 212.390 | (68.413) | 143.977 | | 86.773 |

| | Consolidado | | | | | |
|--------------------------------------|------------------------|----------------|-----------------------|----------------|------------------------|----------------|
| | Taxa anual depreciação | 31/12/2022 | | | Taxa anual depreciação | 31/12/2021 |
| | % | Custo | Depreciação Acumulada | Valor líquido | % | Valor líquido |
| Móveis e utensílios | 8,4% | 20.076 | (7.558) | 12.518 | 10% | 4.700 |
| Máquinas e equipamentos | 10,0% | 12.749 | (7.344) | 5.405 | 10% | 6.069 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10-20% | 41.975 | (5.587) | 36.388 | 10-20% | 28.363 |
| Instalações | 8,3% | 29.222 | (9.491) | 19.731 | 10% | 18.035 |
| Veículos | 20,0% | 14.821 | (12.813) | 2.008 | 20% | 5.348 |
| Equipamentos de informática | 19,3% | 34.311 | (17.772) | 16.539 | 25% | 13.919 |
| Direito de uso de imóveis | 20,0% | 120.372 | (22.059) | 98.313 | 20% | 79.396 |
| Obras em andamento | N/A | 9.290 | - | 9.290 | N/A | 4.435 |
| Total | | 282.816 | (82.624) | 200.192 | | 160.265 |

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não identificou indicadores de perda por valor recuperável dos ativos imobilizados, sejam internos ou externos e, conseqüentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação (“impairment”). A movimentação do saldo do imobilizado e do direito de uso em operações de arrendamento mercantil é como segue.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Saldo inicial | 86.773 | 74.998 | 160.265 | 137.482 |
| Adições | 20.970 | 21.273 | 28.671 | 42.192 |
| Baixas | (1.476) | (523) | (5.081) | (1.902) |
| Saldo advindo de incorporações | 15.730 | - | - | - |
| Aquisição de controlada (nota explicativa nº 8) | - | - | 14.818 | - |
| Efeitos do arrendamento mercantil - Incorporações | 14.970 | - | - | - |
| Adição de novos contratos de arrendamento IFRS 16 | 11.154 | 10.181 | 15.863 | 20.271 |
| Baixa de contratos de arrendamento IFRS 16 | - | (809) | - | (994) |
| Remensuração IFRS 16 | 18.838 | - | 21.460 | - |
| Depreciação | (22.982) | (18.347) | (35.804) | (36.784) |
| Saldo final | 143.977 | 86.773 | 200.192 | 160.265 |

No exercício de 2022 a companhia contratou empresa independente para revisar a vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação de seus ativos imobilizados, sendo as taxas ajustadas de forma prospectiva a partir do 2022.

10. INTANGÍVEL

| | Controladora | | | | | |
|-----------------------|---------------------------|----------------|--------------------------|----------------|---------------------------|------------------|
| | Taxa anual amortização | 31/12/2022 | | | Taxa anual amortização | 31/12/2021 |
| | | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | | Valor líquido |
| Ágio adquiridas | - | - | - | - | - | - |
| Mais valia adquiridas | 17% | 5.180 | (2.711) | 2.469 | 17% | - |
| Não concorrência | 20% | 18.836 | (18.736) | 100 | 20% | 807 |
| Carteira de clientes | 13% | 81.089 | (69.045) | 12.044 | 13% | 6.596 |
| Marca | 15% | 29.934 | (12.473) | 17.461 | 15% | - |
| Ágio incorporadas | - | 107.764 | - | 107.764 | - | 65.242 |
| Software | 10% | 61.077 | (11.625) | 49.452 | 20% | 32.216 |
| Total | | 303.880 | (114.590) | 189.290 | | 104.861 |

| | Consolidado | | | | | |
|-----------------------|---------------------------|----------------|--------------------------|----------------|---------------------------|----------------|
| | Taxa anual amortização | 31/12/2022 | | | Taxa anual amortização | 31/12/2021 |
| | | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | | Valor líquido |
| Ágio adquiridas | - | 322.679 | - | 322.679 | - | 262.745 |
| Mais valia adquiridas | 17% | 5.180 | (2.711) | 2.469 | 17% | - |
| Não concorrência | 20% | 18.836 | (18.736) | 100 | 20% | 807 |
| Carteira de clientes | 13% | 130.925 | (92.104) | 38.821 | 13% | 51.511 |
| Marca | 15% | 116.292 | (55.174) | 61.118 | 15% | 56.770 |
| Ágio incorporadas | - | - | - | - | - | - |
| Software | 10% | 62.536 | (11.925) | 50.611 | 20% | 36.461 |
| Total | | 656.448 | (180.650) | 475.798 | | 408.294 |

A movimentação do intangível é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
| Saldo inicial | 104.861 | 110.111 | 408.294 | 432.451 |
| Adições | 14.917 | 14.047 | 20.748 | 14.220 |
| Amortizações | (11.814) | (18.563) | (35.343) | (37.481) |
| Baixas | (364) | (734) | (364) | (896) |
| Incorporações | 4.730 | - | - | - |
| Reclassificação para o ativo intangível - incorporação (nota explicativa nº 8) | 76.960 | - | - | - |
| Aquisição de controladas (nota explicativa nº8) | - | - | 22.530 | - |
| Ágio e ativos alocados na aquisição de controladas (nota explicativa nº 8) | - | - | 71.053 | - |
| Ajuste a valor presente na aquisição de controladas (nota explicativa nº 8) | - | - | (11.120) | - |
| Saldo final | <u>189.290</u> | <u>104.861</u> | <u>475.798</u> | <u>408.294</u> |

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não identificou indicadores, sejam internos ou externos, de perda por valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida e, consequentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação.

Para fins de teste de recuperabilidade do ágio, em 31 de dezembro de 2022, o ágio, foi alocado às unidades geradoras de caixa (“UGCs”) nos respectivos segmentos reportáveis da Companhia, citados abaixo.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão do comércio eletrônico nos levam a focar as estratégias em 3 unidades geradoras de caixa / segmentos de negócio: varejo, atacado e e-commerce. A Companhia acompanha e verifica a existência de perdas (“Impairment”) com base nessas 3 unidades geradoras de caixa.

O quadro abaixo resume o valor contábil das UGCs nas quais os ágios das aquisições foram alocados para fins de teste de recuperação, incluindo os seguintes ativos que compõem os seus saldos contábeis: ativo imobilizado, direito de uso e ativo intangível (consolidado).

| UGC | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|------------|-------------------|-------------------|
| Varejo | 588.231 | 468.360 |
| Atacado | 80.119 | 88.807 |
| E-commerce | 7.640 | 11.392 |
| | <u>675.990</u> | <u>568.559</u> |

O valor recuperável de cada UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração. A taxa de desconto utilizada nas projeções de fluxo de caixa foi de 15,54 % a.a no ano 1, 14,99% a.a no ano 2, 14,29% a.a do ano 3 ao 5, equivalente ao WACC determinado.

As principais premissas utilizadas pela Companhia são conforme segue:

- Crescimento real receitas de 5,0% a.a. a nos primeiros 5 anos, e 2,5% a.a. na perpetuidade.
- Inflação estimada com base nas projeções do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) – Base 31/12/2022 (Fonte: Boletim Focus).
- Custo das vendas projetado para uniformização da margem bruta em níveis constantes.
- Despesas fixas, crescentes a taxa equivalente a 50% dos acréscimos reais de receita nos primeiros 5 anos (IPCA +2,5%).

“Market share” durante o período de projeção

Ao utilizar os dados de cada unidade geradora de caixa para taxas de crescimento, essas premissas são importantes, uma vez que a Administração avalia como a posição da unidade, relacionada com seus concorrentes, poderia mudar ao longo do período de estimativa. A Administração espera que a participação do Grupo no mercado de revenda de autopeças aumente ao longo do período de estimativa, tanto para varejo quanto para atacado e e-commerce.

Não se espera que o efeito da entrada de novos concorrentes no mercado gere impacto adverso nas previsões contempladas no orçamento, uma vez que mesmo que o crescimento real nas receitas seja nulo, não há evidências de possível perda por redução ao valor recuperável das UGCs “varejo”, “atacado” e “e-commerce”.

11. FORNECEDORES

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Fornecedores | 254.874 | 130.063 | 330.166 | 261.464 |
| Fornecedores - Convênio ^(a) | 14.972 | 8.874 | 28.566 | 12.543 |
| Total | 269.846 | 138.937 | 358.732 | 274.007 |

- (a) Refere-se a saldo a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, os quais foram intermediados pela Companhia com instituições financeiras parceiras. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programa de antecipação de recursos aos terceiros, sendo de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas. Caso o fornecedor opte por realizar a antecipação de seus recebíveis, qualquer encargo financeiro existente é de responsabilidade do fornecedor sem qualquer ônus ou impacto para Companhia. Esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados). Além disso, a Administração também considerou a orientação do Ofício CVM/SMC/SEP nº 01/21, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que os montantes não alteram sua estrutura de capital e não comprometem a alavancagem financeira da Companhia.

12. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS TRABALHISTAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Salários a pagar | 7.818 | 5.103 | 9.979 | 9.656 |
| Provisão para férias e 13º | 19.520 | 11.407 | 25.643 | 19.548 |
| Encargos sociais | 6.293 | 3.913 | 8.722 | 6.717 |
| Provisão PLR | 4.463 | 10.385 | 5.088 | 15.530 |
| Total | 38.094 | 30.808 | 49.432 | 51.451 |

13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações entre partes relacionadas realizadas pela Companhia são os seguintes:

| | Controladora | | | |
|----------------------------|--------------|------------|---------------|------------|
| | Ativos | | Passivos | |
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| União Peças Itaperuna Ltda | - | - | - | 222 |
| Ambra Logística Ltda | 20 | 64 | - | - |
| Atacado União Ltda | - | - | 13.801 | - |
| Hipervarejo Ltda | - | - | - | 10 |
| Fortbras Autopeças S.A | - | (33) | - | - |
| | 20 | 31 | 13.801 | 232 |

Os saldos com partes relacionadas são mútuos para gerenciamento de fluxo de caixa. Houve a liquidação em 2021, através da compensação de dividendos que as controladas tinham a pagar para a Companhia, no valor de R\$57.801, como demonstrado na nota explicativa 8 (transação sem efeito em caixa).

Transações de compra e venda de mercadorias realizadas entre as empresas do Grupo totalizaram R\$ 373.887 em 2022 e R\$ 317.533 em 2021. Na tabela acima, não há saldos a receber decorrentes de transações comerciais.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e conselheiros, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, totalizou R\$ 18.842 em 2022 e R\$ 14.577 em 2021 e, relativo a benefícios de curto prazo, e encargos sociais decorrentes.

Adicionalmente, os administradores possuem planos ativos de opções de compra de ações conforme descrito na nota explicativa nº 19(f).

Houve também pagamentos de salários e encargos sociais no montante de R\$ 341 em 2021, para acionistas minoritários que fazem parte do quadro de colaboradores da Companhia.

Obrigações com arrendamentos mercantis

As obrigações de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2022 são de R\$ 16.998 (R\$ 24.354 em 31 de dezembro de 2021) com acionistas atuais da Companhia. O total pago a essas partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 8.092 (\$ 7.818 em 31 de dezembro de 2021).

Contas a pagar relativo a aquisições – Sellers Note

A Companhia possui determinadas obrigações de contas a pagar – “sellers note” – com acionistas atuais e ex-acionistas, as quais compõem parte do passivo registrado na rubrica “contas a pagar por aquisição de controladas” (vide nota explicativa nº14). O valor a pagar às partes relacionadas é de R\$ 4.316 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 31.321 em 31 de dezembro de 2021.

Rateio de despesas

O total de despesas rateadas entre a Controladora e as suas controladas é de R\$ 20.841 em 2022 (R\$ 22.411 em 2021), conforme demonstrado na nota explicativa nº 21. A Companhia e suas controladas operam e são administradas integralmente, possuindo assim gastos comuns (backoffice), os quais são rateados com base em critérios técnicos revistos periodicamente pela Administração.

14. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES DE CONTROLADAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Contas a pagar de aquisição, bruto | 209.901 | 263.582 | 265.687 | 263.582 |
| Ajuste a valor presente | (17.574) | (27.288) | (26.560) | (27.288) |
| Direito de indenização - "conta gráfica"(1) | (10.222) | (9.042) | (17.104) | (13.741) |
| | 182.105 | 227.252 | 222.023 | 222.553 |
| Passivo circulante | 35.930 | 59.151 | 51.823 | 59.487 |
| Passivo não circulante | 146.175 | 168.101 | 170.200 | 163.066 |
| | 182.105 | 227.252 | 222.023 | 222.553 |

A Companhia apresenta o saldo a pagar à valor presente, na data do balanço, considerando como taxa de desconto o índice prevalecente nas respectivas datas de aquisições, e as respectivas taxas variam entre 3,83% a 6,4% ao ano.

(1) Valores referentes a direito de indenização no valor a pagar de aquisições.

As contas a pagar vencem como segue (valor nominal antes do ajuste a valor presente e "conta gráfica"):

| Período | Controladora | | Consolidado | |
|---------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| 2022 | - | 66.620 | - | 66.619 |
| 2023 | 39.724 | 38.556 | 54.938 | 38.556 |
| 2024 | 47.394 | 46.812 | 47.394 | 46.813 |
| 2025 | 54.908 | 54.519 | 54.908 | 54.519 |
| 2026 | 50.000 | 57.075 | 50.000 | 57.075 |
| 2027 | 17.875 | - | 58.447 | - |
| | 209.901 | 263.582 | 265.687 | 263.582 |

A movimentação do contas a pagar por aquisição de controladas é como segue

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Saldo no início do período | 227.251 | 326.781 | 222.553 | 321.387 |
| Pagamentos | (63.592) | (118.865) | (148.592) | (118.865) |
| Adições | - | - | 128.880 | - |
| Conta gráfica | 6.548 | (5.603) | 1.233 | (4.908) |
| Juros | 5.312 | 3.166 | 6.098 | 3.166 |
| Ajuste a valor presente | 9.717 | 21.773 | 11.851 | 21.773 |
| Incorporação | (3.131) | - | - | - |
| Saldo no final do período | 182.105 | 227.252 | 222.023 | 222.553 |

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Os valores a pagar de arrendamentos são como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| 2022 | - | 15.172 | - | 24.516 |
| 2023 | 25.153 | 12.486 | 36.155 | 24.561 |
| 2024 | 17.690 | 7.335 | 26.733 | 15.200 |
| 2025 | 14.485 | 6.581 | 20.563 | 11.188 |
| 2026 | 9.428 | 3.169 | 13.311 | 4.363 |
| 2027 | 3.442 | 3.336 | 6.680 | 5.119 |
| Posterior | 424 | - | 10.821 | - |
| | 70.622 | 48.079 | 114.263 | 84.947 |
| Encargos financeiros CP | (861) | (2.999) | (1.488) | (4.462) |
| Encargos financeiros LP | (6.056) | (2.867) | (18.740) | (5.258) |
| Total | 63.705 | 42.213 | 94.035 | 75.227 |
| Passivo circulante | 24.292 | 17.124 | 34.667 | 25.080 |
| Passivo não circulante | 39.413 | 25.089 | 59.368 | 50.147 |

A Companhia possui contratos de arrendamento – aluguel de imóveis majoritariamente firmados com pessoas físicas e algumas partes relacionadas, como divulgado na nota explicativa de nº13.

A movimentação dos passivos de arrendamento é demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Saldo inicial | 42.213 | 41.074 | 75.226 | 71.432 |
| Remensuração IFRS 16 | 19.553 | - | 19.890 | - |
| Adições | 11.154 | 10.170 | 15.863 | 20.323 |
| Baixa | - | (809) | - | (994) |
| Adições por incorporações | 9.510 | - | - | - |
| Aquisição de controlada | - | - | 10.744 | - |
| Atualização de juros | 3.168 | 3.871 | 6.157 | 5.634 |
| Pagamentos | (21.893) | (12.093) | (33.845) | (21.168) |
| | 63.705 | 42.213 | 94.035 | 75.227 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a companhia reconheceu o valor de R\$ 4.362 referente a pagamentos de arrendamentos que não atendem os critérios para serem mensurados nos passivos de arrendamento a luz do CPC 06, (R\$ 2.583 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos contábeis consolidados de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros (sem inflação futura) em comparação com a metodologia sugerida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019:

| Consolidado | | 2022 |
|--|--|----------------|
| Passivo de Arrendamento (sem Inflação) | | 94.036 |
| Requerimento CVM (com Inflação) | | 107.384 |
| % | | -12,43% |
| | | |
| Direito de uso (sem Inflação) | | 90.310 |
| Requerimento CVM (com Inflação) | | 102.997 |
| % | | -12,32% |
| | | |
| Despesa Financeira (sem Inflação) | | 5.105 |
| Requerimento CVM (com Inflação) | | 5.689 |
| % | | -10,27% |
| | | |
| Despesa de depreciação (sem Inflação) | | 23.190 |
| Requerimento CVM (com Inflação) | | 25.843 |
| % | | -10,27% |

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores a pagar de empréstimos são como seguem:

| Em moeda nacional | Emissão | Encargos anuais % | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Debêntures simples [1] | 10/03/2020 | CDI + 2,05% | 119.783 | 143.893 | 119.783 | 143.893 |
| (-) Custo Estruturação Debêntures | | | (1.413) | (1.751) | (1.413) | (1.751) |
| Empréstimos a pagar - CCB | 08/05/2020 | CDI + 2,75% | 37.501 | 50.269 | 37.501 | 50.269 |
| Empréstimos a pagar - 4131 | 16/03/2021 | CDI + 3,20% | 122.643 | 154.741 | 122.643 | 154.741 |
| (-) Custo Estruturação Empréstimo 4131 | | | (486) | (638) | (486) | (638) |
| Debêntures simples [1] | 15/09/2021 | CDI + 1,80% | 156.471 | 153.634 | 156.471 | 153.634 |
| (-) Custo Estruturação Debêntures | | | (803) | (1.017) | (803) | (1.017) |
| Empréstimos a pagar - II (V) [1] | 17/02/2022 | CDI + 2,90% | 42.314 | - | 42.314 | - |
| (-) Custo Estruturação Empréstimo II | | | (173) | - | (173) | - |
| Nota Comercial (VI) [1] | 29/03/2022 | CDI + 1,95% | - | - | 166.098 | - |
| (-) Custo Estruturação Nota Comercial | | | - | - | (1.419) | - |
| Capital de Giro (VII) [1] | 04/11/2022 | CDI + 1,95% | 102.365 | - | 102.366 | - |
| (-) Custo Estruturação Capital de Giro | | | (2.399) | - | (2.399) | - |
| | | | 575.803 | 499.131 | 740.483 | 499.131 |
| | | | | | | |
| Em moeda estrangeira | Emissão | Encargos anuais % | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Empréstimos - Finimp [2] | 27/12/2021 | VC* + 2,89% | 6.957 | 928 | 8.907 | 928 |
| | | | 6.957 | 928 | 8.907 | 928 |
| | | | 582.760 | 500.059 | 749.390 | 500.059 |
| | | | | | | |
| | | Circulante | 145.764 | 84.038 | 173.472 | 84.038 |
| | | Não circulante | 436.996 | 416.021 | 575.918 | 416.021 |
| | | | 582.760 | 500.059 | 749.390 | 500.059 |

[1] A totalidade das debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações.

[2] Posição dos FINIMPS em aberto considerando a taxa de câmbio de R\$ 5,2171 na data base da posição patrimonial em 31 de dezembro de 2022

- (i) Na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2020, foi discutido e deliberado a emissão de debêntures da Companhia, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 140.000, com prazo de pagamento de 7 (sete) anos, sendo 2 (dois) anos de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 2,05% a.a. As garantias estão atreladas a partes de recebíveis da Companhia, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) em 2020, inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. As debêntures requerem cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. A Companhia está adimplente com essas cláusulas.
- (ii) Em 8 de maio de 2020 a Companhia captou empréstimos Cédula de Crédito Bancário de R\$ 50.000 para gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a parte de recebíveis da Companhia, não havendo cláusulas restritivas (“covenants”). Sobre o saldo do principal incide-se juros anuais de 4,65% a.a. + CDI, com vencimento em parcela única em maio/21. Em 15 de dezembro de 2020 a Companhia repactuou as condições deste empréstimo, para o prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, com carência de 18 meses, com parcelas de juros e amortizações semestrais, e juros anuais de 3,4506% a.a. + CDI. Evento de repactuação de taxa ocorrido em 30 de março de 2021, para 2,7497% a.a. + CDI.
- (iii) Em 16 de março de 2021, foi efetivado a operação em Cédula de Crédito Bancário -4131 no montante de R\$ 150.000, com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, sendo 1 (um) ano de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI +3,40% a.a. As garantias estão atreladas a partes de recebíveis em Cartão de Crédito da Companhia, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.
- (iv) Na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de setembro de 2021, foi discutido e deliberado a emissão de debêntures da Companhia (2ª emissão), não conversíveis em ações, no montante de R\$ 150.000, com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, sendo 18 (dezoito) meses de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 1,80% a.a. As garantias estão atreladas a Fiança de Aval cruzado das empresas do grupo. Havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício.
- (v) Em 17 de fevereiro de 2022 a Companhia captou empréstimo de R\$ 40.000 para gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a aval das empresas do grupo econômico, há cláusulas restritivas (“Covenants”) a razão entre Dívida Líquida / EBTIDA deverá ser inferior ou a ou igual a 3,0 (três inteiros) em 2022, e 2,5 x a partir de 2023. Sobre o saldo do principal incide-se juros anuais de 2,90% a.a. + CDI, com prazo total de 5 anos, com 6 meses de carência para pagamentos de juros, e 1 ano de carência para pagamento do principal, ambos com parcelas semestrais.

- (vi) Conforme Ata aprovada em 21 de Março de 2022, foi discutido e deliberado a 1ª emissão de Notas Comerciais em nome da Companhia Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda, no montante de R\$ 160.000, (série única), data da emissão 28 de Março de 2022, com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, com parcelas de juros e amortizações semestrais, sendo o primeiro pagamento de amortização em 28 de Setembro de 2023, ao custo de CDI + 1,95% a.a. Garantias fidejussória na forma de Fiança, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3,0 (três inteiros) em 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. As Notas Comerciais requerem cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. A medição dos covenants é anual, sendo que a Companhia está adimplente com essas cláusulas com base no último exercício, tanto nos covenants financeiros quanto nos não financeiros.

Em todas as operações de empréstimo, o EBITDA e Dívida Líquida são calculados conforme definições abaixo:

“Dívida Líquida”: o consolidado dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, passivos decorrentes de mútuos para partes relacionadas e contas a pagar por aquisição de curto e longo prazos, subtraídas as disponibilidades de caixa (somatório de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras); não são considerados os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis. Ou seja, “Dívida Líquida” = “Empréstimos e financiamentos” (Circulante) + “Empréstimos e financiamentos” (Não circulante) + “Contas a pagar – aquisições” (Circulante e Não circulante) + “Passivo de Mútuos” (Circulante e Não circulante) – “Caixa e equivalentes de caixa” – “Aplicações financeiras”.

“EBITDA”: significa o lucro operacional antes de depreciação, amortização, receitas/despesas não operacionais e receitas/despesas não recorrentes, resultado financeiro e impostos nos últimos 12 (doze) meses, calculado em base consolidada da Emissora e do pro forma em relação as empresas adquiridas, sendo certo que o pro forma será considerado apenas em caso de empresas adquiridas e ainda não consolidadas na devida proporção da participação da Emissora, pelo período não consolidado, de forma que não haja duplicidade de valores entre o consolidado e o proforma. Ou seja, “EBITDA” = “Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido” – “Depreciação e amortização” – “receitas/despesas não operacionais e receitas/despesas não recorrentes”.

Os valores de empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes prazos de vencimentos:

| Prazo de vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| 2022 | - | 84.038 | - | 84.038 |
| 2023 | 145.764 | 108.102 | 173.472 | 108.102 |
| 2024 | 141.443 | 108.092 | 147.769 | 108.092 |
| 2025 | 141.443 | 108.092 | 154.436 | 108.092 |
| 2026 | 112.441 | 79.091 | 152.101 | 79.091 |
| 2027 | 41.669 | 12.644 | 121.612 | 12.644 |
| | 582.760 | 500.059 | 749.390 | 500.059 |

Os custos de estruturação das debêntures e Cédulas de Crédito Bancário são alocados linearmente a medida do prazo de fruição dos empréstimos e financiamentos.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provisão para riscos decorrentes das operações da Companhia

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão é constituída para cobrir perdas que sejam prováveis na opinião dos assessores legais.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Tributária | 3.484 | 2.551 | 3.493 | 3.313 |
| Cível | 321 | 601 | 438 | 1.730 |
| Trabalhista | 1.667 | 1.447 | 1.863 | 1.619 |
| Total | 5.472 | 4.599 | 5.794 | 6.662 |

As movimentações das provisões para riscos são demonstradas a seguir:

| Movimentação | Controladora | | | |
|--|--------------|------------|--------------|--------------|
| | Trabalhista | Cível | Tributário | Total |
| Saldo 31/12/2021 | 1.447 | 601 | 2.551 | 4.599 |
| Adições | 617 | 185 | 1.679 | 2.481 |
| Reversões | (354) | (480) | (926) | (1.760) |
| Pagamentos | (471) | (86) | (3) | (560) |
| Atualização | 334 | 61 | 160 | 555 |
| Adição aquisição | - | - | - | - |
| Adição incorporação | 94 | 40 | 23 | 157 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.667 | 321 | 3.484 | 5.472 |

| Movimentação | Consolidado | | | |
|--|--------------|------------|--------------|--------------|
| | Trabalhista | Cível | Tributário | Total |
| Saldo 31/12/2021 | 1.619 | 1.730 | 3.313 | 6.662 |
| Adições | 842 | 447 | 1.747 | 3.036 |
| Reversões | (483) | (595) | (1.738) | (2.816) |
| Pagamentos | (604) | (1.391) | (9) | (2.004) |
| Atualização | 389 | 247 | 179 | 815 |
| Adição aquisição | 100 | - | 1 | 101 |
| Adição incorporação | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.863 | 438 | 3.493 | 5.794 |

Em abril/21 a companhia aderiu ao Programa Especial de Pagamento -PEP -ICMS 2020 do estado do Rio de Janeiro, conforme Lei Complementar Estadual nº 189/20. Devido à esta adesão, houve reversão na provisão de riscos tributários no montante de R\$ 15.325, com redução de R\$ 9.934 no montante da provisão tributária e pagamento de R\$ 5.576 lançado a Direito de Indenização – “Conta-Gráfica”.

Em 2022 o saldo dos processos com prognóstico de risco “possível”, que não são provisionados contabilmente, perfaz R\$ 12.397, sendo R\$ 3.913 relativos a processos tributários, R\$ 2.022 cíveis e R\$ 6.462 trabalhistas (em 2021 foram R\$ 8.777, R\$ 3.920, R\$ 1.302 e R\$ 3.555 respectivamente)

18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A análise a seguir reconcilia a carga tributária teórica sobre o resultado da Companhia com o crédito fiscal de IRPJ e CSLL registrado na Demonstração de Resultado, decorrente dos prejuízos operacionais incorridos e diferenças temporárias.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Imposto corrente | | | | |
| Imposto corrente sobre o lucro do período | (278) | - | (29.297) | (30.264) |
| Imposto diferido | | | | |
| Imposto diferido decorrente das atividades operacionais | 21.911 | - | 24.341 | - |
| Adição por aquisição de controlada | - | - | (2.161) | - |
| Adição por incorporação | (4.487) | - | - | - |
| Imposto diferido sobre o lucro do período | 17.424 | 4.617 | 22.180 | 3.600 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | 17.146 | 4.617 | (7.117) | (26.664) |
| | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 29.012 | 73.947 | 53.275 | 105.228 |
| Expectativa de IRPJ e CSLL à alíquota 34% | (9.864) | (25.142) | (17.973) | (35.778) |
| Efeito tributário sobre: | | | | |
| Equivalência patrimonial | 24.437 | 31.320 | - | - |
| Juros sobre capital próprio a pagar | 3.740 | 8.106 | 3.740 | 8.106 |
| Efeito sobre ajustes para retificação de anos anteriores | - | - | - | 3.071 |
| Subvenções para Investimento - redução de Base de Cálculo ICMS | 501 | - | 11.346 | - |
| (Adições) / Exclusões permanentes, líquidas | (1.668) | (9.667) | (4.230) | (2.063) |
| IRPJ e CSLL Corrente e Diferido | 17.146 | 4.617 | (7.117) | (26.664) |
| Alíquota efetiva % | 59% | 6% | (13%) | (25%) |

A Lei 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e por esse motivo não impacta o lucro líquido.

Os impostos diferidos ativos apresentam a seguinte composição:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Imposto de Renda Diferido Ativo | | | | |
| Provisão para obsolescência de estoques | 5.170 | 1.581 | 9.857 | 10.023 |
| Provisão de créditos de liquidação duvidosa | 27.107 | 24.413 | 30.396 | 26.469 |
| Amortização do ágio alocado | 48.836 | 39.802 | 49.676 | 39.802 |
| IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa | 214.766 | 118.821 | 227.951 | 123.276 |
| IR/CS diferidos sobre IFRS 16/CPC 06 (R2) | 2.423 | 3.074 | 4.562 | 7.393 |
| Provisão de riscos | 3.843 | 4.599 | 4.133 | 4.690 |
| Outras provisões | 6.576 | 12.636 | 19.609 | 23.955 |
| Base de cálculo | 308.721 | 204.926 | 346.184 | 235.608 |
| Total do IR/CS diferidos (ativo) – Alíquota nominal 34% [a] | 104.965 | 69.675 | 117.703 | 80.107 |

Os impostos diferidos passivos apresentam a seguinte composição:

| Imposto de Renda Diferido Passivo | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Amortização fiscal do Ágio Líquido do AVP | 54.084 | 14.733 | 53.724 | 14.735 |
| Ganho decorrente de compra vantajosa / menos-valia | 11.361 | 11.361 | 11.361 | 11.361 |
| Base de cálculo | 65.445 | 26.094 | 65.085 | 26.096 |
| Total do IR/CS diferidos (passivo) – Alíquota nominal 34% [b] | 22.251 | 8.872 | 22.129 | 8.873 |
| Saldo IR e CS diferidos líquido = [a] - [b] | 82.714 | 60.803 | 95.574 | 71.234 |

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 70.318, representado por 82 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 respectivamente. Os acionistas são:

| | 31/12/2022 | | | 31/12/2021 | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------|---------------|-------------------|-------------|---------------|
| | Ações | % | Valor | Ações | % | Valor |
| Stuttgart investimentos | 60.548.397 | 73,79% | 51.889 | 60.548.397 | 73,79% | 51.889 |
| Juvenil Casagrande | 1.941.591 | 2,37% | 1.664 | 1.941.591 | 2,37% | 1.664 |
| Luiz Jorge de Marco | 520.641 | 0,63% | 446 | 520.641 | 0,63% | 446 |
| Adauto Lucio Paradela | 434.823 | 0,53% | 373 | 434.823 | 0,53% | 373 |
| João Henrique Fiório Checon | 14.884.864 | 18,14% | 12.756 | 14.884.864 | 18,14% | 12.756 |
| Gabriel Paganini Checon | 1.860.608 | 2,27% | 1.595 | 1.860.608 | 2,27% | 1.595 |
| João Pedro Paganini Checon | 1.860.608 | 2,27% | 1.595 | 1.860.608 | 2,27% | 1.595 |
| | 82.051.532 | 100% | 70.318 | 82.051.532 | 100% | 70.318 |

b) Reservas de capital

Valores aportados por acionistas

As reservas de capital referem-se principalmente a aportes financeiros realizados pelos acionistas que, nas assembleias gerais aplicáveis, destinaram parte dos mesmos a aumento de capital e a reservas de capital. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para:

- Absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros.
- Resgate, reembolso ou compra de ações/opções.
- Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 19 de janeiro de 2021, e 19 de maio de 2021, foi discutido e aprovado o resgate de ações a conta de Reserva de Capital no valor de R\$ 40.000, e R\$ 50.000 respectivamente, totalizando R\$ 90.000.
- Conforme reunião do Conselho de Administração em 9 de novembro de 2022 foi discutido e aprovado a recompra de opções no valor de R\$ 5.594.

- Resgate de partes beneficiárias. O art. 200 da Lei nº 6.404/76, em seu parágrafo único, determina que o produto da alienação de partes beneficiárias, registrado na reserva de capital específica, poderá ser utilizado para resgate desses títulos.
- Incorporação ao capital.

Pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais, com prioridade no seu recebimento, quando essa vantagem lhes for assegurada pelo estatuto social (art. 17, § 6o, da Lei nº 6.404/76, conforme nova redação dada pela Lei nº 10.303/01).

c) Reservas legal de lucros e reserva de retenção de lucros

Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Como no exercício de 2022 a Companhia apresentou lucro líquido, foi constituída reserva legal de R\$ 2.308 (R\$ 3.928 em 2021).

Reserva de retenção de lucros: O saldo da reserva de retenção de lucros é decorrente da diferença entre o lucro do exercício menos o montante destinado a reserva legal, dividendo mínimo obrigatório e juros sobre o capital próprio.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto Social da Companhia confere aos titulares das ações dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme os termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, o qual foi considerado como antecipação dos dividendos mínimos obrigatórios. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais.

No exercício de 2022 a companhia declarou R\$ 39.000 de dividendos, sendo R\$ 36.641 oriundos da reservas de lucros e R\$ 2.359 oriundos do lucro do exercício e R\$ 11.000 de juros sobre capital próprio, oriundos de lucros do exercício.

Com relação ao dividendo mínimo obrigatório, abaixo quadro demonstrativo:

| Controladora e Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------|
| Lucro do Exercício | 46.158 |
| (-) Reserva Legal | (2.308) |
| = Base de Cálculo | 43.850 |
| Dividendo Mínimo Obrigatório - 25% | 10.963 |
| (-) Dividendos pagos no exercício | (2.359) |
| (-) JCP pago no exercício | (11.000) |
| =Dividendo Adicional ao mínimo | 2.396 |

Lucro por ação

Lucro básico por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação como segue:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Quantidade ponderada de ações ordinárias | 82.051.532 | 85.559.396 |
| <u>Lucro básico por ação</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
| Lucro atribuível aos acionistas da sociedade | 46.158 | 78.564 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares) | 82.052 | 85.559 |
| Lucro básico por ação ordinária | 0,56 | 0,92 |

Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ações da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, considera o incremento diluidor nas ações ordinárias em função dos planos de opções de ações detalhados no item (f) abaixo:

| <u>Lucro diluído por ação</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro atribuível aos acionistas da sociedade | 46.158 | 78.564 |
| Quantidade média ponderada de ações considerando efeito dilutivo (em milhares) | 85.954 | 87.613 |
| Lucro básico por ação ordinária | 0,54 | 0,90 |

e) Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de novembro de 2021, foi discutido e aprovado o cancelamento de 636.507 ações ordinárias mantidas em “Ações em Tesouraria” pelo valor de R\$ 4.600, as quais foram revertidas contra a conta de reserva de capital.

f) Opções de Compra de Ações

Os acionistas da Companhia aprovaram três planos de compra de opções destinado a determinados funcionários, administradores e conselheiros (“participantes”) do Grupo (“1º Plano de Opções”, “2º Plano de Opções” e “3º Plano de Opções”).

Há quatro programas vigentes regulados pelo 1º Plano de Opções, dois programas vigentes regulados pelo 2º Plano de Opções, e um programa vigente pelo 3º Plano de Opções, os quais preveem que os participantes devem permanecer na Companhia por períodos pré-determinados, perfazendo em média 5 anos (“vesting condition”). Caso ocorram eventos de liquidez listados no Plano de Opções ou uma oferta inicial de ações da Companhia (“IPO”), as opções de compra tornam-se exercíveis pelos beneficiários.

Os eventos de liquidez são: (a) venda, cessão, permuta ou qualquer outro tipo de alienação de ações da Companhia a terceiros não afiliados ao Grupo e ao seu controlador, desde que implique em transferência de controle da Companhia; (b) venda ou alienação de todos, ou substancialmente todos os ativos da Companhia a terceiros não afiliados ao Grupo e ao seu controlador. Caso ocorra um evento de liquidez, todas as opções tornam-se exercíveis. Somente os itens (a) e (b) são eventos de liquidez, portanto um IPO não é um evento de liquidez para fins dos planos de opções.

O plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente cível e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia ou suas controladas com os participantes, visto que os participantes correm risco de mercado e terão o dispêndio futuro para o exercício das opções.

No caso de rescisão de vínculo com a Companhia tanto nas situações motivadas pela Companhia, como em situações motivadas pelo participante, exceto em situações de justa causa, caso as opções tenham sido vendidas aos participantes (caso das opções do 1º Plano de Opções), a Companhia deverá reembolsar os participantes dos valores desembolsados inicialmente, atualizados pela variação positiva de índice de inflação vigente

As opções relativas ao 1º, 2º, 3º e 4º programas do 1º Plano foram adquiridas pelos participantes em sua totalidade pelo valor de R\$ 431, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido.

As opções outorgadas no 1º Plano de Opções, relativas ao 1º, 2º, 3º e 4º programas, com as respectivas datas de outorga, quantidade, preço de exercício e preço de aquisição na data da outorga estão demonstrados conforme segue:

| Plano | Programa | Lote | Data de outorga | Quantidade outorgada | Preço de exercício (R\$) | Preço de aquisição (R\$) |
|----------|-------------|-------------|-----------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1o Plano | 1o Programa | Lote 2018-A | 01/06/2018 | 316.270 | 13,7207 | 0,02212 |
| 1o Plano | 1o Programa | Lote 2018-B | 01/06/2018 | 316.270 | 18,2943 | 0,00641 |
| 1o Plano | 1o Programa | Lote I | 01/06/2018 | 1.419.995 | 4,6115 | 0,49431 |
| 1o Plano | 1o Programa | Lote I-B | 01/06/2018 | 177.499 | 9,2230 | 0,09047 |
| 1o Plano | 1o Programa | Lote II | 01/06/2018 | 266.789 | 7,4217 | 0,16996 |
| 1o Plano | 1o Programa | Lote II-B | 01/06/2018 | 33.349 | 13,4940 | 0,02363 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-A | 24/05/2019 | 270.247 | 13,7207 | 0,00030 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-B | 24/05/2019 | 270.247 | 18,2943 | 0,00004 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote I | 24/05/2019 | 963.249 | 4,6115 | 0,05338 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote II | 24/05/2019 | 403.924 | 7,4217 | 0,00817 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-A | 24/05/2019 | 354.540 | 22,5300 | 0,00012 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-B | 24/05/2019 | 354.540 | 30,0400 | 0,00002 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote II | 24/05/2019 | 1.167.114 | 8,2610 | 0,01625 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote III | 24/05/2019 | 323.435 | 9,0120 | 0,01162 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-A | 31/08/2019 | 3.438 | 14,6353 | 0,00008 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-B | 31/08/2019 | 3.438 | 18,2943 | 0,00002 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote I | 31/08/2019 | 17.364 | 4,9189 | 0,01563 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote II | 31/08/2019 | 3.262 | 7,7476 | 0,00235 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-A | 31/08/2019 | 3.245 | 22,5300 | 0,00000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-B | 31/08/2019 | 3.245 | 30,0400 | 0,00000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote II | 31/08/2019 | 15.788 | 8,2610 | 0,00173 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote III | 31/08/2019 | 3.678 | 9,0120 | 0,00113 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-A | 31/10/2019 | 6.302 | 14,6353 | 0,00008 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-B | 31/10/2019 | 6.302 | 18,2943 | 0,00002 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote I | 31/10/2019 | 31.834 | 4,9189 | 0,01563 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote II | 31/10/2019 | 5.982 | 7,7476 | 0,00235 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-A | 31/10/2019 | 5.948 | 22,5300 | 0,00000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-B | 31/10/2019 | 5.948 | 30,0400 | 0,00000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote II | 31/10/2019 | 28.945 | 8,2610 | 0,00173 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote III | 31/10/2019 | 6.743 | 9,0120 | 0,00113 |
| 1o Plano | 1o Programa | Lote 2018-A | 31/01/2020 | 40.412 | 11,9100 | 0,00072 |
| 1o Plano | 1o Programa | Lote 2018-B | 31/01/2020 | 40.412 | 15,8800 | 0,00017 |
| 1o Plano | 1o Programa | Lote I | 31/01/2020 | 204.124 | 4,0029 | 0,04432 |

| Plano | Programa | Lote | Data de outorga | Quantidade outorgada | Preço de exercício (R\$) | Preço de aquisição (R\$) |
|----------|-------------|-------------|-----------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1o Plano | 1o Programa | Lote II | 31/01/2020 | 38.351 | 6,4423 | 0,01070 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-A | 20/01/2020 | 38.197 | 14,6353 | 0,00036 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-A | 31/01/2020 | 22.994 | 14,6353 | 0,00000 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-B | 20/01/2020 | 38.197 | 19,5138 | 0,00008 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-B | 31/01/2020 | 22.994 | 18,2943 | 0,00000 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote I | 20/01/2020 | 192.934 | 4,9071 | 0,02925 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote I | 31/01/2020 | 116.146 | 4,9189 | 0,00158 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote II | 20/01/2020 | 36.249 | 7,7476 | 0,00603 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote II | 31/01/2020 | 21.823 | 7,7476 | 0,00007 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-A | 20/01/2020 | 36.049 | 22,5300 | 0,00004 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-A | 31/01/2020 | 59.842 | 22,5300 | 0,00000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-B | 20/01/2020 | 36.049 | 30,0400 | 0,00001 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-B | 31/01/2020 | 59.842 | 30,0400 | 0,00000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote II | 20/01/2020 | 175.421 | 8,2610 | 0,00481 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote II | 31/01/2020 | 291.200 | 8,2610 | 0,00039 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote III | 20/01/2020 | 40.867 | 9,0120 | 0,00338 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote III | 31/01/2020 | 67.839 | 9,0120 | 0,00023 |
| 1o Plano | 4o Programa | Lote 2018-A | 31/01/2020 | 139.570 | 9,9784 | 0,00270 |
| 1o Plano | 4o Programa | Lote 2018-B | 31/01/2020 | 139.578 | 9,9784 | 0,00270 |
| 1o Plano | 4o Programa | Lote III | 31/01/2020 | 837.406 | 9,9784 | 0,00270 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote I | 06/01/2021 | 7.235 | 4,9190 | 0,00013 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote II | 06/01/2021 | 6.578 | 8,2610 | 0,00004 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-A | 06/01/2021 | 1.433 | 14,6350 | 0,0000 |
| 1o Plano | 2o Programa | Lote 2018-B | 06/01/2021 | 1.433 | 18,2940 | 0,0000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote II | 06/01/2021 | 1.360 | 7,7480 | 0,0000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote III | 06/01/2021 | 1.533 | 9,0120 | 0,0000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-A | 06/01/2021 | 1.351 | 22,5300 | 0,0000 |
| 1o Plano | 3o Programa | Lote 2018-B | 06/01/2021 | 1.351 | 30,0400 | 0,0000 |
| 1o Plano | 4o Programa | Lote III | 06/01/2021 | 3.064 | 9,9780 | 0,0001 |
| 1o Plano | 4o Programa | Lote 2018-A | 06/01/2021 | 511 | 9,9780 | 0,0008 |
| 1o Plano | 4o Programa | Lote 2018-B | 06/01/2021 | 510 | 9,9780 | 0,0008 |

As opções relativas ao 1º e 2º programas do 2º Plano de Opções foram outorgadas aos participantes, e a despesa de R\$ 160 foi reconhecida no resultado.

As opções outorgadas no 2º Plano de Opções, outorgadas aos participantes, relativas ao 1º e 2º programas, com as respectivas datas de outorga, quantidade, preço de exercício na data da outorga estão demonstrados conforme segue:

| Plano | Programa | Data de outorga | Quantidade outorgada | Preço de exercício (R\$) |
|----------|-------------|-----------------|----------------------|--------------------------|
| 2o Plano | 1o Programa | 06/01/2021 | 426.038 | 14,8720 |
| 2o Plano | 2o Programa | 01/05/2021 | 152.986 | 14,8720 |
| 2o Plano | 2o Programa | 04/08/2021 | 215.171 | 14,8720 |
| 2o Plano | 2o Programa | 04/10/2021 | 430.343 | 14,8720 |

As opções outorgadas no 3º Plano de Opções, outorgadas aos participantes, relativas ao 1º programa, com as respectivas datas de outorga, quantidade, preço de exercício na data da outorga estão demonstrados conforme segue:

| Plano | Programa | Data de outorga | Quantidade outorgada | Preço de exercício (R\$) |
|----------|-------------|-----------------|----------------------|--------------------------|
| 3o Plano | 1o Programa | 03/10/2022 | 125.000 | 24,2000 |
| 3o Plano | 1o Programa | 16/11/2022 | 125.000 | 24,2000 |

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os termos do 1º e 2º Plano de Opções, o número de opções dos participantes e respectivos preços de exercício foram ajustados para refletir (a) cancelamento de 6.488.479 ações de emissão da Companhia pelo seu valor patrimonial aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de janeiro de 2021, (b) resgate e o cancelamento de 7.822.752 ações de emissão da Companhia pelo seu valor patrimonial aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, (c) pagamento de dividendos no valor de R\$ 2.723 e declaração de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 24.000 ocorridos no ano de 2021.

Tal ajuste resultou na redução do número de opções em 1.423.542 opções, e uma redução no preço médio ponderado de exercício das 8.161.684 opções remanescentes para R\$ 9,7834 conforme tabela abaixo.

Durante o ano de 2022 houve a extinção de 164.893 opções do 2º Plano de opções por saída dos participantes da Companhia.

No dia 9 de novembro de 2022 conforme deliberado em reunião de Conselho de Administração foi deliberado e aprovado a recompra de 321.186 opções do 1º Plano de opções pelo valor de R\$ 5.594. O respectivo processo de recompra das opções, foi baseado em laudo de avaliação elaborado por terceiro, sob a análise que o valor justo das opções vestidas foram valorizadas com deságio, e que a respectiva transação foi vantajosa para a Companhia. O valor da recompra das opções foi reconhecido a conta da Reserva de Capital conforme as disposições dos artigos 30, 78 e 200 da Lei das Sociedades por Ações, Resolução no. 77 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários e CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

As opções de ações em circulação durante o exercício estão detalhadas a seguir:

| Em unidades de opções | 2022 | | 2021 | |
|--|----------------------|---|----------------------|---|
| | Quantidade de opções | Preço de exercício médio ponderado (em R\$) | Quantidade de opções | Preço de exercício médio ponderado (em R\$) |
| Saldo no início do exercício | 8.161.684 | 9,7834 | 8.389.811 | 10,2095 |
| Opções concedidas durante o exercício | 250.000 | 24,2000 | 1.250.897 | 14,7771 |
| Recompra de opções durante o exercício | (321.186) | 4,6751 | (55.483) | 10,2814 |
| Extinção de opções durante o exercício | (164.893) | - | - | - |
| Ajuste por resgate de ações, JSCP e distribuição de dividendos | - | - | (1.423.542) | 11,0919 |
| Saldo no fim do exercício | <u>7.925.605</u> | <u>11,7011</u> | <u>8.161.683</u> | <u>9,7834</u> |

O valor justo das opções outorgadas foi calculado nas datas das respectivas outorgas de cada programa com base no modelo de Black & Scholes e a metodologia de fluxo de caixa descontado. Para determinação do valor justo das opções, a Companhia utilizou as seguintes premissas:

| | <i>Stock price</i> (i) | <i>Strike price</i> (ii) | <i>Time to maturity</i> (iii) | <i>Risk-free rate</i> (iv) | Volatilidade (v) | <i>Dividend yield</i> (vi) |
|----------------------|------------------------|--------------------------|-------------------------------|----------------------------|------------------|----------------------------|
| 3o Plano 1o Programa | 11,63 | 24,2000 | 12 meses | 11,49% | 8,91% | - |

- (i) “Stock Price”: corresponde ao valor da ação na data da outorga, tendo sido calculada pela Administração da Companhia a partir da projeção do fluxo de caixa descontado.
- (ii) “Strike Price”: corresponde aos preços médios ponderados de exercício das opções outorgadas em cada programa do Plano de Opções.

- (iii) “Time to maturity”: corresponde ao prazo do direito de aquisição: O exercício da opção pode ocorrer em até 12 meses após os beneficiários cumprirem as “vesting condition”.
- (iv) “Risk-free rate”: corresponde à taxa de juros livre de risco. A Administração da Companhia utilizou a curva da taxa DI x Pré mais recente disponível nas datas de outorga de cada programa, e de acordo com a carência de cada opção.
- (v) Volatilidade: volatilidade anual dos preços das ações das principais empresas listadas comparáveis à Companhia, sendo elas internacionais de comércio de autopeças.

“Dividend Yield”: não é previsto o pagamento de dividendos aos detentores das opções de compra reguladas pelo Plano de Opções vigente e os respectivos programas.

20. RECEITA LÍQUIDA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Receita bruta com venda de mercadorias | 1.472.016 | 1.121.628 | 2.649.179 | 2.192.886 |
| Receita bruta com prestação de serviço | 10.046 | 2.893 | 19.569 | 16.989 |
| Devoluções de vendas | (47.057) | (30.906) | (92.529) | (68.781) |
| PIS e Cofins | (43.711) | (36.620) | (63.075) | (58.915) |
| ICMS | (36.527) | (16.952) | (51.763) | (34.121) |
| ICMS Subvenção(i) | (1.474) | - | (34.173) | (25.892) |
| IPI | (1.703) | (1.890) | (2.830) | (2.979) |
| ISS | (502) | (145) | (978) | (852) |
| | 1.351.088 | 1.038.008 | 2.423.400 | 2.018.335 |

- (i) A controladora Fortbras Autopeças S/A e suas controladas Atacado União Ltda, e Hipervarejo Ltda. possuem benefícios fiscais de subvenções governamentais concedidas pelo Estado do Espírito Santo, e a controlada Jaicar Auto Peças Ltda. possui benefício fiscal de subvenção governamental concedida pelo Estado de Goiás. A administração da Companhia, suportada por parecer de seus assessores legais, concluiu que os benefícios advindos dessas transações se qualificam como subvenções governamentais, para o registro contábil e fiscal, conforme previsto nas normas contábeis e fiscais aplicáveis.

Essas subvenções consistem em:

- a) Redução da base de cálculo do ICMS para vendas dentro do Estado do Espírito Santo, instituídas pela Lei nº 7.000, Art 534-Z-Z-A do Regulamento do ICMS ES e modificações subsequentes. O crédito de ICMS nas compras é limitado a 7% e a alíquota efetiva para as vendas dentro do Estado é de 7%.
- b) Programa de Incentivo Vinculado à celebração de contrato de competitividade, instituído pela Lei Estadual ES Nº 10.568 e alterações subsequentes. Programa denominado: “Compete/ES” (abrangendo as operações de atacadista e e-commerce). Conforme previsto nesse Programa Compete/ES, a alíquota efetiva das vendas interestaduais é 1,10% e os créditos decorrentes das compras devem ser estornados. Em Goiás, programa de Incentivo Vinculado à celebração de contrato de competitividade, instituído pelo Decreto 4.852/97 e alterações subsequentes. Programa denominado: “PROTEGE/GO” (abrangendo as operações de atacadista). Conforme previsto nesse Programa PROTEGE/GO, a alíquota efetiva das vendas interestaduais é 0,90% e os créditos decorrentes das compras devem ser estornados.

A controladora e as controladas Atacado União Ltda., Hipervarejo Ltda. e Jaicar Autopeças Ltda., aderiram aos programas para usufruírem dos correspondentes benefícios, estando adimplentes com as determinações legais instituídas pelas correspondentes leis que instituíram referidos benefícios. O prazo para manutenção desses benefícios é indeterminado enquanto estiver vigente o benefício fiscal, desde que a Controladora, o Atacado União Ltda, Hipervarejo Ltda. e Jaicar Autopeças Ltda. cumpram com os formalismos previstos na referida legislação e permaneçam em situação regular perante o Fisco Estadual. As transações de compras e vendas geradas pela Controladora e pelas controladas Atacado União Ltda., Hipervarejo Ltda. e Jaicar Autopeças Ltda, são originalmente registradas nos livros contábeis e fiscais com a geração do ICMS como se não houvesse esses benefícios. Em seguida, são apurados os benefícios conforme previstos nas normas legais e fiscais aplicáveis. O benefício apurado é classificado como subvenção governamental, registrado a crédito do resultado do exercício, na rubrica dedução de impostos sobre vendas. Em seguida, os valores referentes a essa subvenção governamental são destinados, no patrimônio líquido, de reserva de lucros para reserva para incentivos fiscais nas controladas. Esses valores não serão distribuídos como dividendos. Em 31 de dezembro de 2022, essas subvenções para investimento resultaram em crédito à rubrica dedução de vendas, no montante de R\$ 34.173 (e R\$ 25.892 em 31 de dezembro de 2021). O saldo da Reserva de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.474 na Controladora, R\$ 98.075 na controlada Atacado União Ltda, R\$ 14.278 na Hipervarejo Ltda e R\$ 1.720 na Jaicar Autopeças Ltda.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

| Natureza | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Custo das mercadorias vendidas | (940.326) | (728.822) | (1.670.164) | (1.384.501) |
| Salários e benefícios | (178.580) | (140.203) | (266.041) | (225.967) |
| Depreciação de imobilizado | (22.982) | (18.964) | (35.804) | (32.031) |
| Depreciação de intangível | (2.048) | (4.325) | (2.729) | (4.753) |
| Amortização da mais valia | (30.266) | (37.481) | (32.614) | (37.481) |
| Despesas com comissão de vendas | (49.363) | (34.758) | (97.622) | (75.753) |
| Despesas com fretes e seguros | (27.759) | (21.757) | (53.410) | (43.086) |
| Serviços terceiros | (50.323) | (35.940) | (69.302) | (50.337) |
| Despesas tributárias | (3.726) | (2.919) | (6.647) | (4.698) |
| Despesas com manutenção e conservação predial | (13.297) | (10.482) | (19.285) | (17.690) |
| Receita de compartilhamento de despesas intragrupo | 20.998 | 22.411 | - | - |
| Demais despesas, líquidas | (8.999) | 11.722 | (11.096) | 21.147 |
| Equivalência patrimonial | 73.285 | 92.116 | - | - |
| Total | (1.233.386) | (909.402) | (2.264.714) | (1.855.150) |

| Alocado a: | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Custo das mercadorias vendidas | (940.326) | (728.822) | (1.670.164) | (1.384.501) |
| Despesas de vendas | (77.324) | (56.590) | (151.310) | (118.967) |
| Administrativas e gerais | (261.576) | (188.563) | (381.772) | (292.171) |
| Despesas com depreciação e amortização | (25.030) | (23.289) | (38.533) | (36.784) |
| Amortização da mais valia | (30.266) | (37.481) | (32.614) | (37.481) |
| Outras (despesas) receitas operacionais | 27.851 | 33.227 | 9.679 | 14.754 |
| Equivalência patrimonial | 73.285 | 92.116 | - | - |
| | (1.233.386) | (909.402) | (2.264.714) | (1.855.150) |

As bonificações recebidas de fornecedores por crescimento de volume de compras são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes bônus são pagos ou creditados, dado que tem como característica o reembolso do custo de aquisição de mercadoria revendidas, em virtude de campanhas de vendas ou promoções realizadas em conjunto com nossos fornecedores.

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

| | Varejo | | Atacado | | E-commerce | | Consolidado | |
|------------------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Receita operacional líquida | 1.941.532 | 1.612.642 | 306.367 | 265.235 | 175.501 | 140.458 | 2.423.400 | 2.018.335 |
| Custos das mercadorias vendidas | (1.314.095) | (1.095.598) | (229.248) | (189.841) | (126.821) | (99.062) | (1.670.164) | (1.384.501) |
| Lucro Bruto | 627.437 | 517.044 | 77.119 | 75.394 | 48.680 | 41.396 | 753.236 | 633.834 |
| <i>Margem Bruta</i> | 32,3% | 32,1% | 25,2% | 28,4% | 27,7% | 29,5% | 31,1% | 31,4% |
| Despesas de vendas | (99.175) | (77.801) | (16.507) | (14.927) | (35.628) | (26.239) | (151.310) | (118.967) |
| Margem de contribuição | 528.262 | 439.243 | 60.612 | 60.467 | 13.052 | 15.157 | 601.926 | 514.867 |
| | 27,2% | 27,2% | 19,8% | 22,8% | 7,4% | 10,8% | 24,8% | 25,5% |

O desempenho dos segmentos é avaliado pelo principal tomador de decisão de forma a acompanhar o desempenho comparativo das margens brutas e margens comerciais por segmento, haja vista que os atuais sistemas de informação permitem alocar adequadamente as receitas, custos e despesas de vendas por segmento. Na atual estrutura de gestão, despesas gerais, administrativas e financeiras são parte de um “pool” comum de despesas, sem critérios técnicos de associação direta aos três segmentos.

Na posição patrimonial, o item que deriva diretamente dos segmentos e pode ser quantificado são as contas a receber de clientes. Estoques e, em consequência, contas a pagar a fornecedores são comuns aos segmentos. Na logística, os centros de distribuição servem a todos os segmentos em suas atividades de recebimento, guarda e entrega de produtos. Alguns outros ativos, como ativo imobilizado, direitos de uso de imóveis e ativo intangível, poderão ser associados a um ou outro segmento. Não obstante, é tão pequena a parcela dos ativos que poderiam ser diretamente relacionados aos segmentos, que tornaria a informação insignificante. Essa linha de julgamento justifica a ausência de segregação de ativos e passivos entre os segmentos.

23. RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Juros sobre aplicações financeiras | 8.080 | 3.807 | 17.583 | 5.354 |
| Juros de clientes | 8.386 | 5.041 | 12.295 | 7.555 |
| Descontos obtidos e correções monetárias ativas | 4.903 | 2.495 | 5.121 | 3.363 |
| | 21.369 | 11.343 | 34.999 | 16.272 |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Juros e correção monetária sobre contas a pagar aquisição de controladas | (5.550) | (4.830) | (6.336) | (5.165) |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (73.973) | (26.823) | (92.251) | (26.823) |
| Juros sobre arrendamentos | (3.557) | (3.871) | (5.105) | (5.634) |
| Tarifas bancárias e despesas com boletos e cartões | (8.786) | (5.766) | (13.515) | (10.371) |
| Descontos concedidos e correções monetárias passivas | (5.893) | (1.267) | (6.593) | (1.784) |
| Ajuste a valor presente - aquisição de controladas | (9.829) | (21.785) | (11.963) | (21.785) |
| Outros | (2.471) | (1.660) | (4.647) | (2.667) |
| | (110.059) | (66.002) | (140.410) | (74.229) |
| | (88.690) | (54.659) | (105.411) | (57.957) |

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, por categoria, mensurados ao custo amortizado são os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | 106.560 | 129.650 | 180.924 | 179.793 |
| Contas a receber de clientes (Nota 6) | 224.213 | 143.060 | 325.776 | 270.812 |
| Partes relacionadas (Nota 13) | 20 | 31 | - | - |
| | 330.793 | 272.741 | 506.700 | 450.605 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Fornecedores (Nota 11) | 269.846 | 138.937 | 358.732 | 274.007 |
| Partes relacionadas (Nota 13) | 13.801 | 232 | - | - |
| Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14) | 182.105 | 227.252 | 222.023 | 222.553 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16) | 582.760 | 500.059 | 749.389 | 500.059 |
| | 1.048.512 | 866.480 | 1.330.144 | 996.619 |

A Companhia e suas controladas classifica a mensuração dos valores justos dos seus instrumentos financeiros como nível 2, utilizando como base as seguintes regras de hierarquização:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: Outras Informações, com exceção das incluídas no nível 1, observadas para ativo ou passivos similares, diretamente como preços ou indiretamente como técnicas de avaliação resultantes de preços.

Nível 3: Resultantes de técnicas de avaliação que não derivam de um mercado ativo.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava saldo de passivo em moeda estrangeira (FINIMP) de R\$ 8.907 (Em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 928). A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou o Boletim Focus de 2023, divulgada no Banco Central para o cenário provável. A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

| Indicador | Provável | 25% | 50% |
|-------------------|----------|------|------|
| Câmbio (R\$/US\$) | 5,25 | 6,56 | 7,88 |

| Controladora | | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|---------------------|----------------------|----------------|----------------|
| Transação | Risco | Saldo em 31/12/2022 | Cenário I (Provável) | Cenário II | Cenário III |
| Passivo em moeda estrangeira (FINIMP) | Aumento taxa câmbio (R\$/US\$) | 6.957 | (44) | (1.794) | (3.544) |
| Impacto no Resultado | | 6.957 | (44) | (1.794) | (3.544) |

| Consolidado | | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|---------------------|----------------------|----------------|----------------|
| Operação | Risco | Saldo em 31/12/2022 | Cenário I (Provável) | Cenário II | Cenário III |
| Passivo em moeda estrangeira (FINIMP) | Aumento taxa câmbio (R\$/US\$) | 8.907 | (56) | (2.297) | (4.538) |
| Impacto no Resultado | | 8.907 | (56) | (2.297) | (4.538) |

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras que são remuneradas por taxas de juros variáveis. Decorre também de algumas obrigações a pagar relativas à aquisição das empresas do Grupo União, que são atualizadas pelo CDI. Esse risco é administrado pela Companhia.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2022. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício do relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com aumento de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada deriva de análises de mercado e de estimativas internas elaboradas pela Administração da Companhia, e são demonstradas a seguir:

| Indicador | Provável | 25% | 50% |
|-----------|----------|--------|--------|
| CDI | 13,65% | 17,06% | 20,48% |

O risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados em 31 de dezembro de 2022 é a sua elevação, uma vez que o saldo das aplicações financeiras referenciadas ao CDI é inferior ao saldo da obrigação a pagar relativa à aquisição das empresas do Grupo União e dos empréstimos e financiamentos, que também são atualizadas pelo CDI.

Abaixo, é apresentado o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses, considerando o cenário provável (CDI 13,65%), o cenário II (CDI 17,06%) e o cenário III (CDI 20,48%):

| Controladora | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|----------------------|-----------------|-----------------|
| Transação | Risco | Saldo em 31/12/2022 | Cenário I (Provável) | Cenário II | Cenário III |
| Aplicações financeiras (Nota 5) | Elevação do CDI | 102.897 | 14.045 | 17.554 | 21.073 |
| Contas a pagar por aquisição da União (Nota 14), bruto | Elevação do CDI | (3.636) | (496) | (620) | (745) |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16) | Elevação do CDI | (575.803) | (78.597) | (98.232) | (117.924) |
| Impacto no Resultado | | (476.542) | (65.048) | (81.298) | (97.596) |

| Consolidado | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|----------------------|-----------------|------------------|
| Operação | Risco | Saldo em 31/12/2022 | Cenário I (Provável) | Cenário II | Cenário III |
| Aplicações financeiras (Nota 5) | Elevação do CDI | 176.542 | 24.098 | 30.118 | 36.156 |
| Contas a pagar por aquisição da União (Nota 14), bruto | Elevação do CDI | (3.636) | (496) | (620) | (745) |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16) | Elevação do CDI | (740.483) | (101.076) | (126.326) | (151.651) |
| Impacto no Resultado | | (567.577) | (77.474) | (96.829) | (116.240) |

A Companhia vem aplicando seus recursos em instituições aprovadas pela Administração, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo, ou derivativos.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os seus níveis de endividamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, acrescentadas dos juros a transcorrer, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

| | Controladora | | | | | | Total |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|------------|------------------|
| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | Posterior | |
| Fornecedores (Nota 11) | 269.846 | - | - | - | - | - | 269.846 |
| Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14), bruto | 39.698 | 47.801 | 55.373 | 50.000 | 13.277 | - | 206.149 |
| Arrendamento a pagar (Nota 15), bruto | 25.153 | 17.690 | 14.485 | 9.428 | 3.442 | 424 | 70.622 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16), bruto | 200.187 | 194.379 | 170.997 | 124.897 | 44.351 | - | 734.811 |
| Total | 534.884 | 259.870 | 240.855 | 184.325 | 61.070 | 424 | 1.281.428 |

| | Consolidado | | | | | | Total |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|------------------|
| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | Posterior | |
| Fornecedores (Nota 11) | 358.732 | - | - | - | - | - | 358.732 |
| Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14), bruto | 56.035 | 47.801 | 55.373 | 50.000 | 63.859 | - | 273.068 |
| Arrendamento a pagar (Nota 15), bruto | 36.155 | 26.733 | 20.563 | 13.311 | 6.680 | 10.821 | 114.263 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16), bruto | 244.518 | 250.678 | 220.438 | 169.548 | 65.248 | - | 950.430 |
| Total | 695.440 | 325.212 | 296.374 | 232.859 | 135.787 | 10.821 | 1.696.493 |

d) Gestão do capital social

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

Índice de endividamento

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14) | 182.105 | 227.252 | 222.023 | 222.553 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16) | 582.760 | 500.059 | 749.389 | 500.059 |
| Dívida Total | 764.865 | 727.311 | 971.412 | 722.612 |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | 106.560 | 129.650 | 180.924 | 179.793 |
| Dívida Líquida | 658.305 | 597.661 | 790.488 | 542.819 |
| Patrimônio Líquido | 537.153 | 546.316 | 537.153 | 546.316 |
| Índice de endividamento líquido | 1,23 | 1,09 | 1,47 | 0,99 |

e) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens e direitos sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade (informação não revisada pelos auditores independentes):

| Modalidade | Objeto | Cobertura | Vigência |
|------------------------|---------------------------|-----------------|-------------------------|
| Cobertura Básica | Patrimonial | R\$ 110 Milhões | 25/08/2022 a 25/08/2023 |
| D&O | Administradores | R\$ 30 Milhões | 01/09/2022 a 01/09/2023 |
| Responsabilidade Civil | Danos materiais/corporais | R\$ 5 Milhões | 25/08/2022 a 25/08/2023 |

Os seguros patrimoniais que visam garantir as unidades de negócio da Companhia contam com cobertura para eventos decorrentes de incêndio, raio, explosão, lucros cessantes decorrentes de incêndio, roubo e furto qualificado de bens e danos elétricos.

A Administração acredita que suas apólices, contratadas junto a renomada seguradora, refletem as condições usuais de mercado para os tipos de seguros que contrata e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM OS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 2022

- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$ 11.154 e R\$ 15.863 respectivamente controladora e consolidado, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº 9 e nº 15
- Houve uma reversão de distribuição de lucros na controlada, que em ato contínuo constituíram contratos de mútuos com a Controladora no montante de R\$13.801, além de liquidação de contrato de mútuo da Controladora para a controlada oriundo de distribuição de lucros no montante de R\$253.
- Em 25 de abril de 2022, a Companhia adquiriu o controle da totalidade do capital da Batista e Naves Ltda que teve sua denominação social alterada para Jaicar Autopeças Ltda sendo que: R\$85.000 foi pago à vista, R\$15.000 com vencimento em 2023 e R\$40.000 com vencimento em 2027.
- Na Controladora houve aumento em ativos e passivos em decorrência de incorporações de controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

Em 2021

- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$10.181 e R\$20.271 respectivamente, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº 9 e nº 15.
- Houve aumento de capital nas controladas, que em ato contínuo liquidaram contratos de mútuos com a Controladora no montante de R\$ 57.801.
- Constituição de provisões para riscos com contrapartida em contas a pagar por aquisição de controladas (“contas gráficas”), no montante de R\$5.576 na controladora e no consolidado.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2023 foi deliberado a contratação de empréstimo externo, não rotativo, com fundamento na Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, no montante total de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., inscrita no CNPJ/ME nº 90.400.888/3004-56 (“Credor”), por meio da Cédula de Crédito Bancária (“CCB”) a ser emitida pela Companhia em favor do Credor (“Operação de Crédito”) com as seguintes características: (a) prazo de pagamento de até 60 (sessenta) dias contados da emissão da Cédula de Crédito Bancária (“CCB”); (b) juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa (spread) equivalente e de até 3,35% (três inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. A respectiva operação de crédito foi liquidada pelo credor no dia 27 de fevereiro de 2023.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2023.
